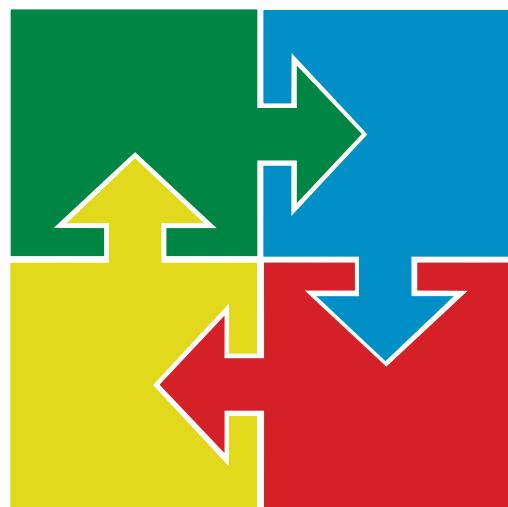


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16^a REGIÃO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2015 - 2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16^a REGIÃO
MARANHÃO

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
2015 - 2020**

São Luís
2015

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16^a REGIÃO

COMPOSIÇÃO EM 15/03/2015

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

Américo Bedê Freire
José Evandro de Souza
Gerson de Oliveira Costa Filho
Márcia Andréa Farias da Silva
Ilka Esdra Silva Araújo
Luiz Cosmo da Silva Júnior
James Magno Araújo Farias
Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro

**Luiz Cosmo da Silva Júnior
Presidente**

**James Magno Araújo Farias
Vice-Presidente e Corregedor**

**Gerson de Oliveira Costa Filho
Diretor da Escola Judicial**

**José Evandro de Souza
Vice-Diretor da Escola Judicial**

**Márcia Andréa Farias da Silva
Ovidora**

**Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro
Ovidora Substituta**

**Carlos Gustavo Brito Castro
Juiz Auxiliar da Presidência**

**Bruno de Carvalho Motejunas
Juiz Auxiliar da Vice-Presidência
e Coordenador da Escola Judicial**

JUÍZES DO TRABALHO TITULARES (em ordem de antiguidade)

Francisco José de Carvalho Neto – Vara do Trabalho de Timon
(convocado para compor o Tribunal)

Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes – 2^a Vara do Trabalho de São Luís

Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota – 7^a Vara do Trabalho de São Luís

Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha – 5^a Vara do Trabalho de São Luís

Juacema Aguiar Costa – 6^a Vara do Trabalho de São Luís

Maria do Socorro Almeida de Sousa – Vara do Trabalho de Barreirinhas

Higino Diomedes Galvão – Vara do Trabalho de Caxias

Antonio de Pádua Muniz Corrêa – 1^a Vara do Trabalho de São Luís
(Diretor do Foro Astolfo Serra)

Manoel Lopes Veloso Sobrinho – 3^a Vara do Trabalho de São Luís

Francisco José Campelo Galvão – Vara do Trabalho de Barra do Corda

Maria da Conceição Meirelles Mendes – 4^a Vara do Trabalho de São Luís

Rui Oliveira de Castro Vieira – Vara do Trabalho de Balsas

Liliana Maria Ferreira Soares Bouéres – Vara do Trabalho de Chapadinha

Manoel Joaquim Neto – Vara do Trabalho de São João dos Patos

Érico Renato Serra Cordeiro – Vara do Trabalho de Pinheiro

Bruno de Carvalho Motejunas – Vara do Trabalho de Bacabal

Fernanda Franklin da Costa Ramos Belfort – Vara do Trabalho de Santa Inês

Leonardo Henrique Ferreira – Vara do Trabalho de Pedreiras

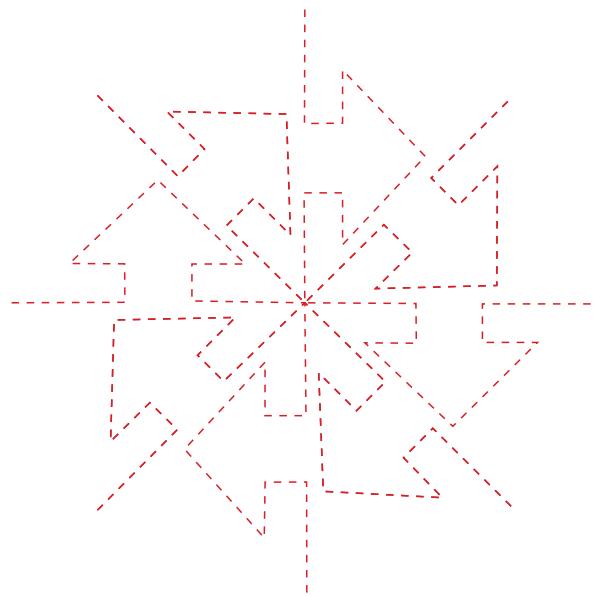
Érika Guimarães Gonçalves – Vara do Trabalho de Presidente Dutra

Nelson Robson Costa de Souza – 2^a Vara do Trabalho de Imperatriz

Carlos Eduardo Evangelista Batista dos Santos – Vara do Trabalho de Açailândia

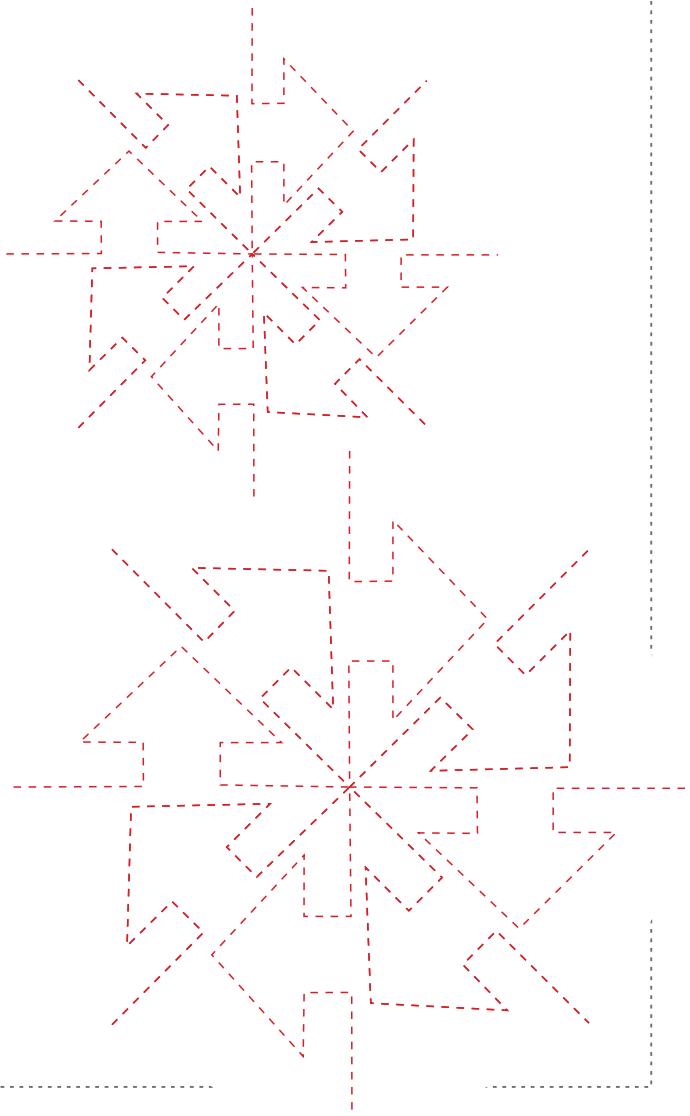
Liliane de Lima Silva – 1^a Vara do Trabalho de Imperatriz

Maurílio Ricardo Neris – Vara do Trabalho de Estreito



JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS (em ordem de antiguidade)

Márcia Suely Corrêa Moraes Bacelar
Carlos Gustavo Brito Castro
Carolina Burlamaqui Carvalho
Fábio Ribeiro Sousa
Elzenir Lauande Franco
Gabrielle Amado Boumann
Fernando Luiz Duarte Barboza
Mario Lúcio Batignani
Ângela Cristina Carvalho Mota Luna
Joanna D'Arck Sanches da Silva Ribeiro
Angelina Moreira de Sousa Costa
Sergei Becker
Lucas Silva de Castro
Paulo Fernando da Silva Santos Júnior
Guilherme José Barros da Silva
Érika Cristina Ferreira Gomes
Ádria Lena Furtado Braga
Élbia Lídice Spenser Dowsley
Reinaldo de Souza Pinto
Núbia Prazeres Pinheiro Bogéa
Ive Seidel de Souza Costa
Luznard de Sá Cardoso
Tália Barcelos Hortegal



GESTORES DO TRT

Secretaria Geral da Presidência

Antonio Manoel Costa Silva

Assessoria Administrativa da Presidência

Patrícia Vasconcelos de Almeida

Assessoria da Vice-Presidência

Heitor Heluy Filho

Secretaria da Corregedoria Regional

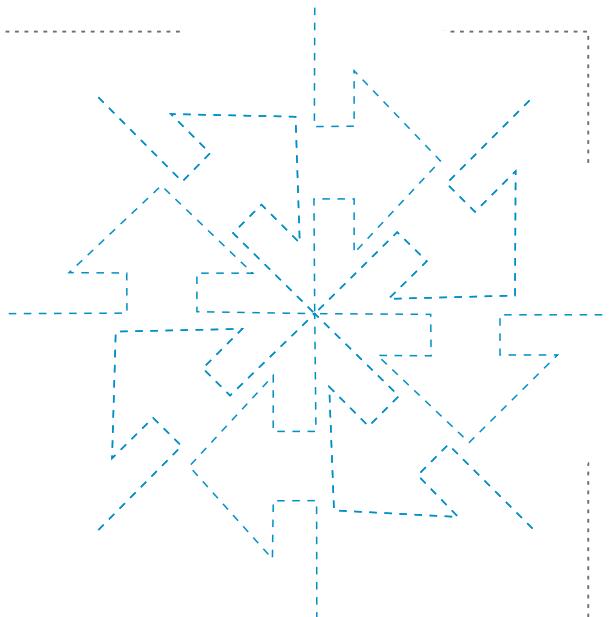
Marcos Pires Costa

Diretoria Geral

Júlio César Guimarães

Assessoria da Diretoria Geral

Fernanda Cristina Muniz Marques



GABINETES

Gabinete do Desembargador Américo Bedê Freire

Assessor: Carlos Cesar Pinto Reis

Gabinete do Desembargador José Evandro de Souza

Assessor: Antonio Carlos Lages Monte Júnior

Gabinete do Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

Assessora: Adriana Silva Sarney Costa

Gabinete da Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo

Assessor: José Valdionor Costa dos Santos

Gabinete da Desembargadora Márcia Andréa Farias da Silva

Assessora: Elizabeth do Carmo Salgado Leite Menezes

Gabinete do Desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior

Assessor: Luiz Alberto Queiroz Lima

Gabinete do Desembargador James Magno Araújo Farias

Assessora: Adriana Albuquerque de Brito

Gabinete da Desembargadora Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro

Assessora: Válдima da Conceição Mendes Câmara

SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO

1ª Vara do Trabalho de São Luís

José Barros de Oliveira Júnior

2ª Vara do Trabalho de São Luís

Ubiratan do Pindaré de Almeida Sousa

3ª Vara do Trabalho de São Luís

Carlos Simeão Silva Santos

4ª Vara do Trabalho de São Luís

Samuel Costa de Brito

5ª Vara do Trabalho de São Luís

Marcondes Abreu Silva

6ª Vara do Trabalho de São Luís

Tereza Cristina Barbosa Ribeiro do Vale

7ª Vara do Trabalho de São Luís

Roberto Vieira Linhares

Vara do Trabalho de Açailândia

Luiza Helena Braga Soares

Vara do Trabalho de Bacabal

José Gilvan Mendes da Silva

Vara do Trabalho de Balsas

Ildo Viana Cabral

Vara do Trabalho de Barra do Corda

Stefânia Amorim Silveira

Vara do Trabalho de Barreirinhas

Maria do Socorro Pinho Coimbra

Vara do Trabalho de Caxias

José Valdécio Ferraz Júnior

Vara do Trabalho de Chapadinha

Esmar Taqueti Machado Filho

Vara do Trabalho de Estreito

Kerson Silva Castro

Vara do Trabalho de Pedreiras

Luiz Pereira Sales

Vara do Trabalho de Pinheiro

Gilberto Palácio de Andrade

Vara do Trabalho de Presidente Dutra
Noredim Oliveira Reuter Ribeiro Neto

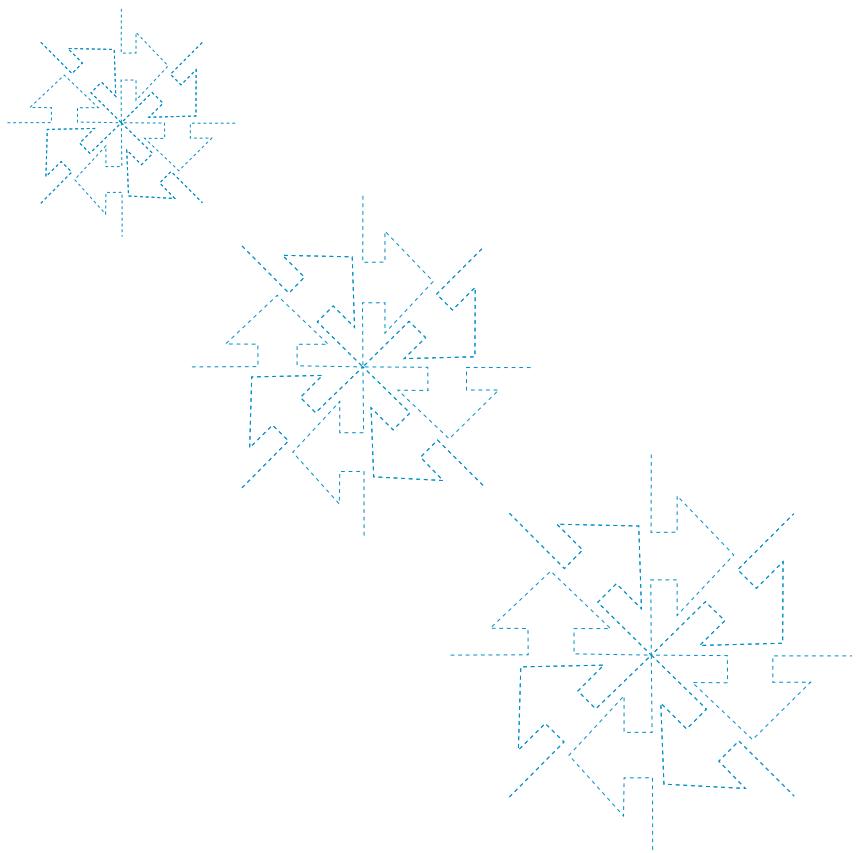
Vara do Trabalho de São João dos Patos
Rosiel Barbosa e Silva

Vara do Trabalho de Santa Inês
Efren Leite da Cruz Segundo

Vara do Trabalho de Timon
Mauro Heider Silva Ferreira

1ª Vara do Trabalho de Imperatriz
Silvia Rosana Costa Ferreira

2ª Vara do Trabalho de Imperatriz
Glennyo Clay Santos Batalha



SECRETARIAS

Secretaria de Administração

Raimundo da Conceição Costa Lindoso

Secretaria de Coordenação Judiciária

José Maria Lusquinhos dos Santos

Secretaria de Orçamento e Finanças

Flávia Regina Rêgo Cordeiro

Secretaria do Tribunal Pleno

Elen dos Reis Araújo Barros de Brito

COORDENADORIAS

Coordenadoria de Controle Interno

Celson de Jesus Moreira Costa

Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual

Leila Santos Sousa

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

José de Ribamar de Sousa Chagas Júnior

Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

Ciro Ibiapina Cardoso

Coordenadoria de Material e Logística

Wagner Campos Santos

Coordenadoria de Precatórios

Suzana Regina Pontes de Castro Moreira

Coordenadoria de Recursos, Jurisprudência e Acórdãos

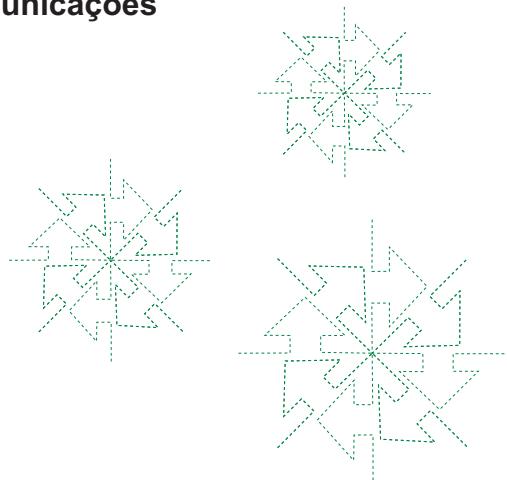
Giani Maria Costa de Souza

Coordenadoria de Serviços Gerais

Manuel Alfredo Martins e Rocha Filho

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Rômulo José Maia Moura



NÚCLEOS

Núcleo de Assessoramento Jurídico

Lídia Maria Santos Sousa

Núcleo de Folha de Pagamento

Pedro Eduardo Pinho Coimbra

Núcleo de Recurso de Revista

Cleonice Pacheco de Castro

SEÇÕES

Seção de Almoxarifado

Edvaldo Pereira de Sousa

Seção de Biblioteca e Gestão Documental

Raimunda Nonata Araújo Teixeira

Seção de Cerimonial

Sílvia Adriana Lima Serra Pereira

Seção de Comunicação Social

Rosemary Rocha Araújo

Seção de Distribuição do FAS

Marilda Amorim Pereira de Sousa

Seção de Engenharia

Manoel Ricardo Beckman de Jesus

Seção de Licitações

Raimundo Nonato Monteiro Filho

Seção de Ouvidoria

Vanessa Santana Araújo Meira de Almada Lima

Seção de Pesquisa Patrimonial

Jairo Campelo Vieira

Seção de Saúde

Rafaela David Brito

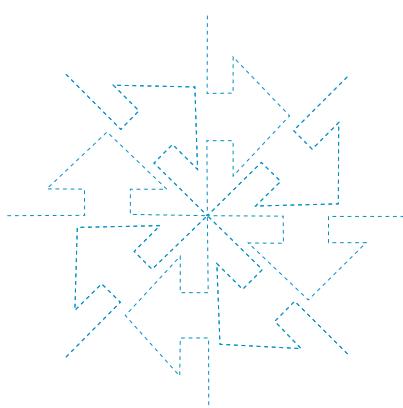
SETORES

Central de Mandados

Marcelina de Fátima Deruiz Pinto de Matos

Centro de Memória e Cultura

Edvânia Kátia Sousa Silva



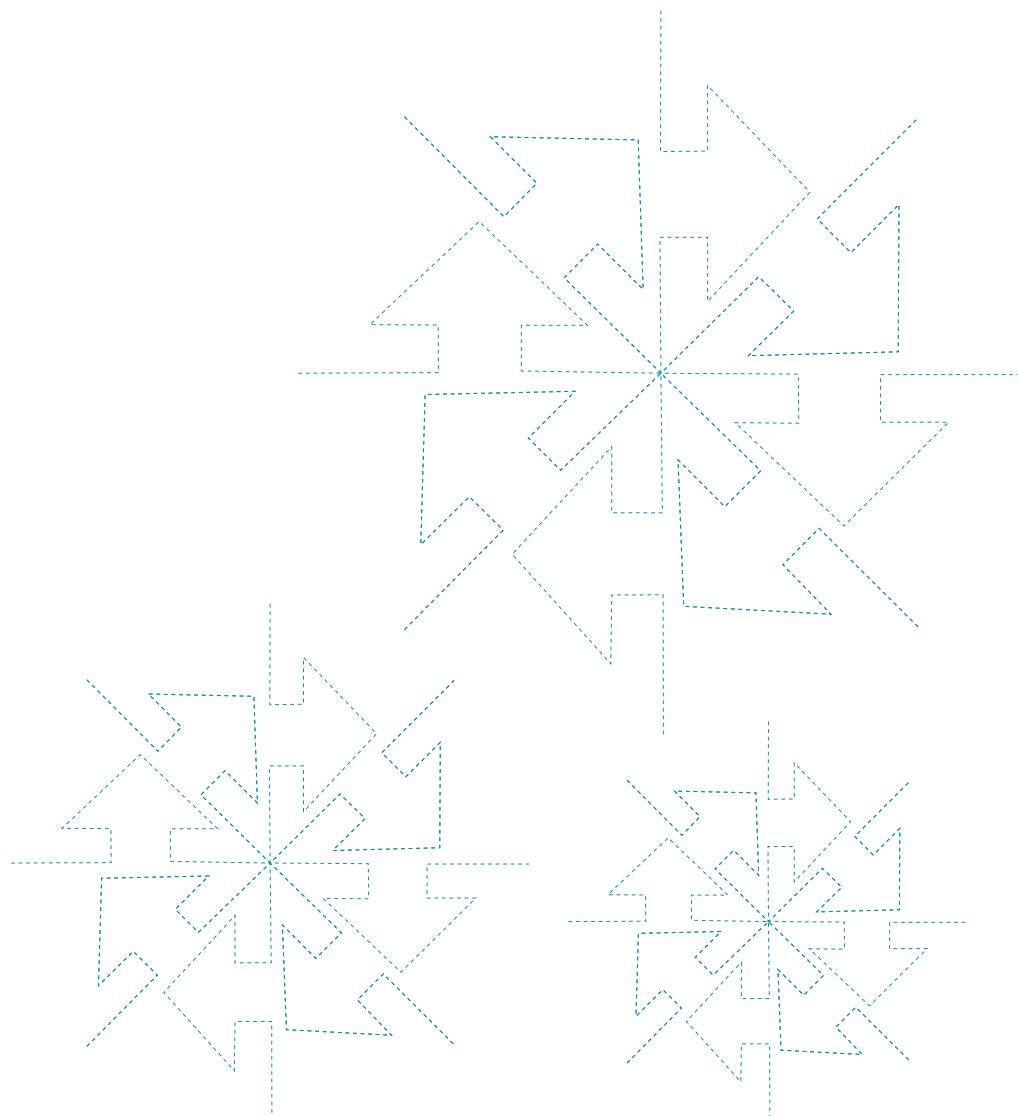
Diretoria do FAS
Durval Francisco Coelho Filho

Setor de Distribuição do FMAMR
Emília Milhomem Costa

Setor de Portaria e Segurança
Henrique José Couto Neto

Setor de Transportes
Nilson Carlos Costa de Souza

Setor Gráfico
José Vicente Araújo dos Santos



SUMÁRIO

Apresentação.....	15
Logomarca.....	16
Mapa Estratégico.....	17
Metodologia de Revisão do Plano Estratégico.....	18
Metodologia Balanced Scorecard.....	20
Identidade Institucional.....	21
Declaração de Valores.....	22
Perspectivas do Mapa Estratégico.....	23
Temas Estratégicos.....	24
Medidas de Diagnóstico e Medidas Estratégicas.....	27
Objetivos e Metas.....	28
Macrodesafios.....	47
Conselho de Gestão Estratégica.....	57
Programas.....	58
Mapa Objetivos x Programas.....	61
Fotos.....	62

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, aprovado pela Resolução Administrativa nº 235/2009, conduziu as atividades judiciais e administrativas durante o quinquênio 2010-2014. Consistiu na primeira experiência do Tribunal com a gestão estratégica e serviu para alçar o nosso Regional ao patamar que se encontra hoje, no alto de seus 25 anos.

No ano de 2014, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 198, que instituiu a “Estratégia Judiciário 2020”, consolidando os macrodesafios do Poder Judiciário, aprovados um ano antes, durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Belém-PA.

Orientado por essas diretrizes, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou a Resolução nº 145/2014, com o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, elaborado com a colaboração dos 24 Tribunais Regionais.

Estavam, pois, lançadas as bases para a revisão do Plano Estratégico do TRT 16ª. O horizonte estratégico seria, agora, de seis anos, de 2015 a 2020. O alinhamento entre as instituições se daria pelo conteúdo temático dos macrodesafios. Faltava, apenas, buscar os elementos particulares, que complementariam a estratégia nacional.

Assim chegamos aos objetivos estratégicos incluídos nos temas ‘Gestão de Pessoas’ e ‘Governança Judiciária’, como desdobramentos dos macrodesafios respectivos. As 22 metas do TRT 16ª procuraram não apenas repetir o que se passa no cenário nacional, mas incentivar o desenvolvimento de ações paralelas, estimular o crescimento de outras medidas, outros indicadores, que contribuam para a melhoria do desempenho institucional.

Esperamos que tudo caminhe, com passos firmes, na direção de nossa missão, reformulada para “Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade”, que nada mais é do que um esclarecimento da anterior, “Realizar justiça no âmbito trabalhista”.

Também nossa visão de futuro permanece muito próxima da sua antecessora: “Aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania” manteve o mesmo objeto, que bem caracteriza o anseio da instituição, substituindo apenas o verbo “Consolidar” pelo ideal de aperfeiçoamento, que é constante.

Por fim, observa-se que os atributos de valor são, fundamentalmente, os mesmos, de forma que sete dos dez já estavam previstos anteriormente. A novidade fica por conta das menções à gestão participativa, à probidade e à urbanidade.

Nosso antigo Plano retratou, com notável precisão, a essência da nossa instituição. As adequações que ora se procedem, longe de modificar nossa identidade, demonstram o amadurecimento da organização, efetuando um fino ajuste em nosso direcionamento.

Desejamos continuar realizando justiça. Desejamos continuar sendo um instrumento de paz social e cidadania. Esses ideais, que nos moveram ao longo dos últimos 25 anos, permanecem vívidos em nosso cotidiano.

Luiz Cosmo da Silva Júnior
Desembargador Presidente

LOGOMARCA

O Plano Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16^a Região para o período 2015-2020 recebeu uma nova logomarca.

Partindo da ideia central de que as atividades desenvolvidas pelo “TRT Estratégico” (que, na verdade, se aplica a qualquer ação destinada ao cumprimento do Plano Estratégico) deveriam continuar o caminho já trilhado, o logotipo também remonta ao anterior.

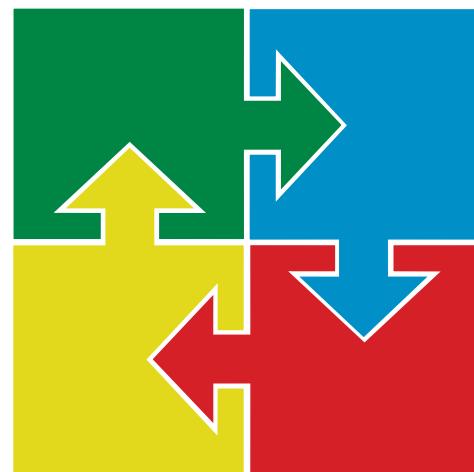
A imagem do quebra-cabeça, representando construção, diversidade, integração e meta, foi mantida, assim como as quatro peças em cores diferentes, em alusão às partes e ao meio envolvidos no Plano: os magistrados (vermelho), os servidores (azul), a sociedade (amarelo) e meio ambiente (verde).

As setas demonstram dinamismo e resultado e a relação entre as peças lembra que os grupos e o meio são, ao mesmo tempo, colaboradores e beneficiados pelo Plano.

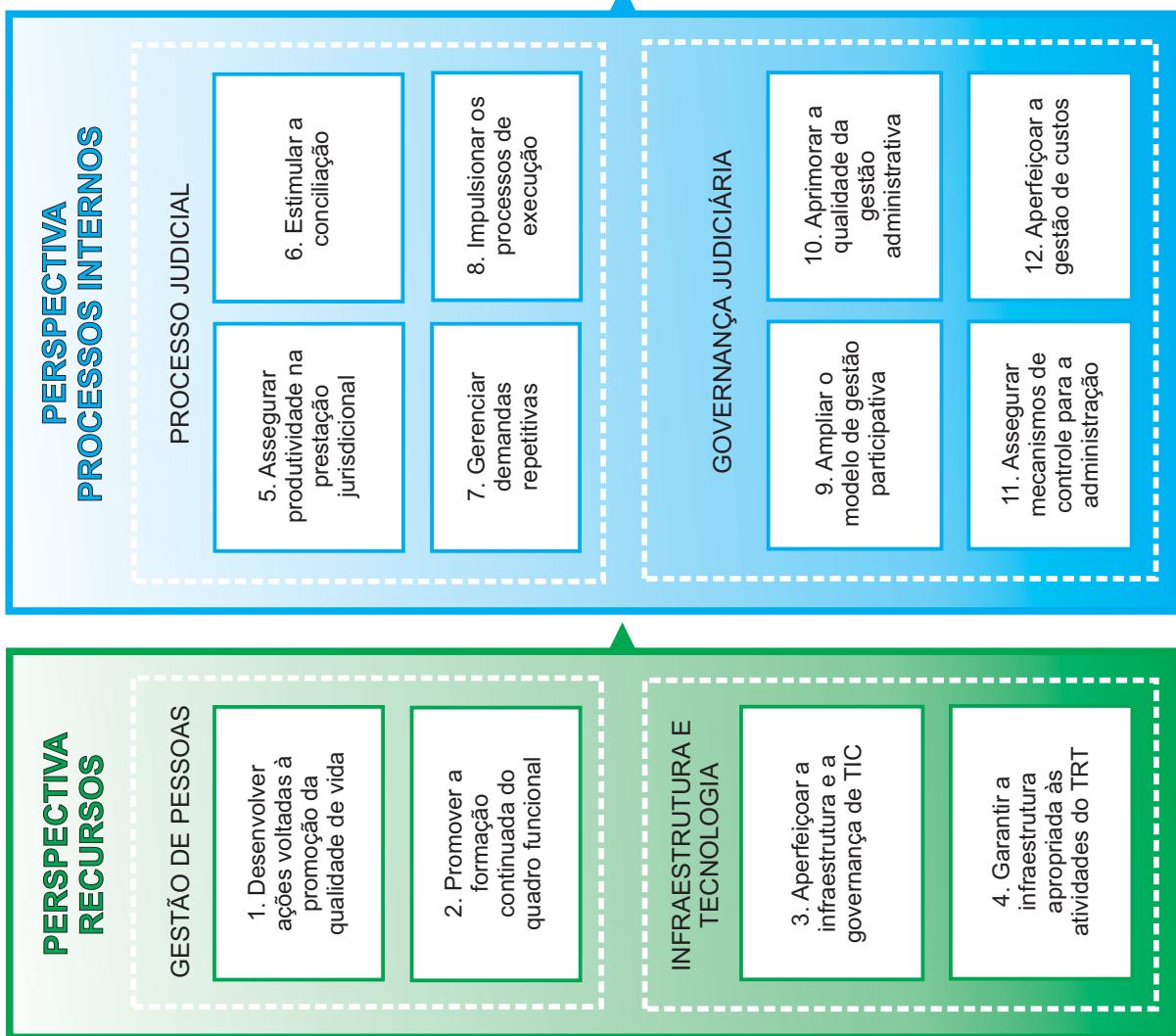
A renovação do logotipo veio da planificação da imagem, propondo uma nova perspectiva. As formas, agora, são preenchidas pelas cores, reforçando a importância de cada elemento, e, finalmente, estão encaixadas, de modo a registrar o avanço obtido e a necessidade cada vez maior de integração entre os envolvidos.

Mais do que um logotipo, o “TRT Estratégico” pretende ser uma marca que traz consigo o ideal de construção e conquistas almejado pelo novo Plano Estratégico. O “TRT Estratégico” carrega em si a renovação que se espera de todos, um fortalecimento do ânimo individual e coletivo, pessoal e institucional.

A nova logomarca traduz a confiança nas realizações que farão do Tribunal Regional do Trabalho da 16^a Região, em 2020, o órgão que todos desejam.



MAPA ESTRATÉGICO



METODOLOGIA DE REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

O processo de revisão do plano estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região foi conduzido considerando o alinhamento institucional com as instâncias superiores e o desenvolvimento de noções particulares ao órgão.

No cenário nacional, o Conselho Nacional de Justiça constituiu uma Rede de Governança Colaborativa, que permitiu a contribuição de todos os tribunais brasileiros na construção da estratégia nacional.

Em novembro de 2013, no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belém/PA, foram aprovados os macrodesafios do Poder Judiciário para o horizonte de tempo 2015-2020, que compõem a “Estratégia Judiciário 2020”, convalidada pela Resolução nº 198/2014 do CNJ, de 01 de julho de 2014.

A definição das Metas Nacionais para o ano de 2015 ocorreu por meio de Reunião Preparatória (em 26 e 27 de março de 2014), que culminou com a votação no VIII Encontro Nacional, em novembro de 2014, em Florianópolis/SC.

Em paralelo, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho coordenava a atuação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, reunidos por meio da Rede de Governança Colaborativa. Em 26 e 27 de agosto de 2014, ocorreu a Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho – REUNE-JT, na qual os tribunais apresentaram suas sugestões de metas para o próximo horizonte estratégico.

Em 28 de novembro de 2014, a Resolução nº 145/2014 do CSJT, aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, contendo as Metas Nacionais do CNJ e as propostas para este ramo de Justiça.

As atividades do TRT 16ª Região iniciaram em 07 de abril de 2014, com a elaboração do projeto de revisão.

Para definir as diretrizes do processo, foi instituída a Comissão de Revisão do Planejamento Estratégico, por meio da Portaria GP nº 420/2014.

Servidores da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa do TRT da 16ª Região visitaram, nos dias 14 e 15 de abril de 2014, o TRT da 8ª Região, que já finalizava seu processo de revisão. A metodologia aplicada por aquele Regional influenciou o desenvolvimento dos trabalhos no TRT do Maranhão.

Entre os meses de maio e julho de 2014, a equipe da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa promoveu oficinas de planejamento estratégico nas dezesseis Varas do Trabalho localizadas no interior do estado do Maranhão.

A iniciativa evitou convocar apenas representantes das unidades. O deslocamento de dois servidores da CGEEP para as cidades que contam com a presença do TRT 16ª promoveram um envolvimento de maior quantidade de servidores, muitos dos quais não possuíam contato com os conceitos usualmente abordados na área de planejamento.

Visando aproximar o Plano Estratégico em construção da realidade vivenciada pelas diversas Varas do interior, a CGEEP funcionou como elo entre as unidades, compilando os resultados colhidos.

Durante as oficinas, foram esclarecidos os conceitos relacionados ao planejamento estratégico e apresentados os macrodesafios do Poder Judiciário para os anos de 2015-2020. Além disso, como forma de estimular as discussões e

a construção de matriz SWOT, que identifica forças, fraquezas, oportunidades e ameaças em cada unidade, foram aplicados questionários baseados em pesquisa de clima organizacional.

As unidades debateram acerca da identidade institucional (missão, visão e valores), bem como sobre perspectivas, temas e objetivos estratégicos, fundamentais para a compreensão da metodologia Balanced Scorecard (BSC), utilizado para a elaboração do Mapa Estratégico.

Ao todo, foram 15 oficinas, que contaram com a participação de 100 pessoas.

Na capital do estado, as atividades incluíram oficina junto às unidades de primeiro grau (10 de junho de 2014), duas reuniões de análise da estratégia (19 e 21 de agosto de 2014), com as áreas administrativa e judicial do segundo grau de jurisdição, bem como participação na 2ª Semana de Formação de Magistrados, promovida pela Escola Judicial em outubro de 2014, oportunidade na qual foram validadas as informações colhidas perante as unidades. Essas ações envolveram 35 servidores e 39 magistrados.

Visando ampliar o caráter participativo do processo de revisão, durante o período de 28 de abril a 31 de julho de 2014, foi disponibilizado um canal de relacionamento, permitindo que os interessados (público interno e externo) apresentassem sugestões que contribuíssem para a melhoria da prestação jurisdicional, incluindo a infraestrutura física e/ou organizacional, aperfeiçoamento das rotinas de trabalho ou qualquer outra área de atuação da Justiça Trabalhista no estado do Maranhão.

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região laborou de forma a conciliar as diretrizes nacionais com as demandas locais. A reunião da Comissão de revisão do Plano Estratégico, ocorrida no dia 14 de novembro de 2014, foi a última etapa antes da aprovação do Plano Estratégico para o sexênio 2015-2020, conforme Portaria GP nº 1254/2014, de 26 de dezembro de 2014.

O lançamento do Plano Estratégico Institucional ocorreu no dia 06 de março de 2015.

METODOLOGIA BALANCED SCORECARD

O Balanced Scorecard (BSC) é a metodologia comumente utilizada para a tradução da estratégia, nos setores privado e público. O sistema concebido por David P. Norton e Robert S. Kaplan pode ser denominado, em português, de Quadro Balanceado de Indicadores.

O BSC se propõe a mensurar elementos financeiros e não financeiros, ações e resultados, de curto e longo prazo, unindo várias perspectivas, de modo que o quadro final possua indicadores de diversos aspectos do desempenho organizacional.

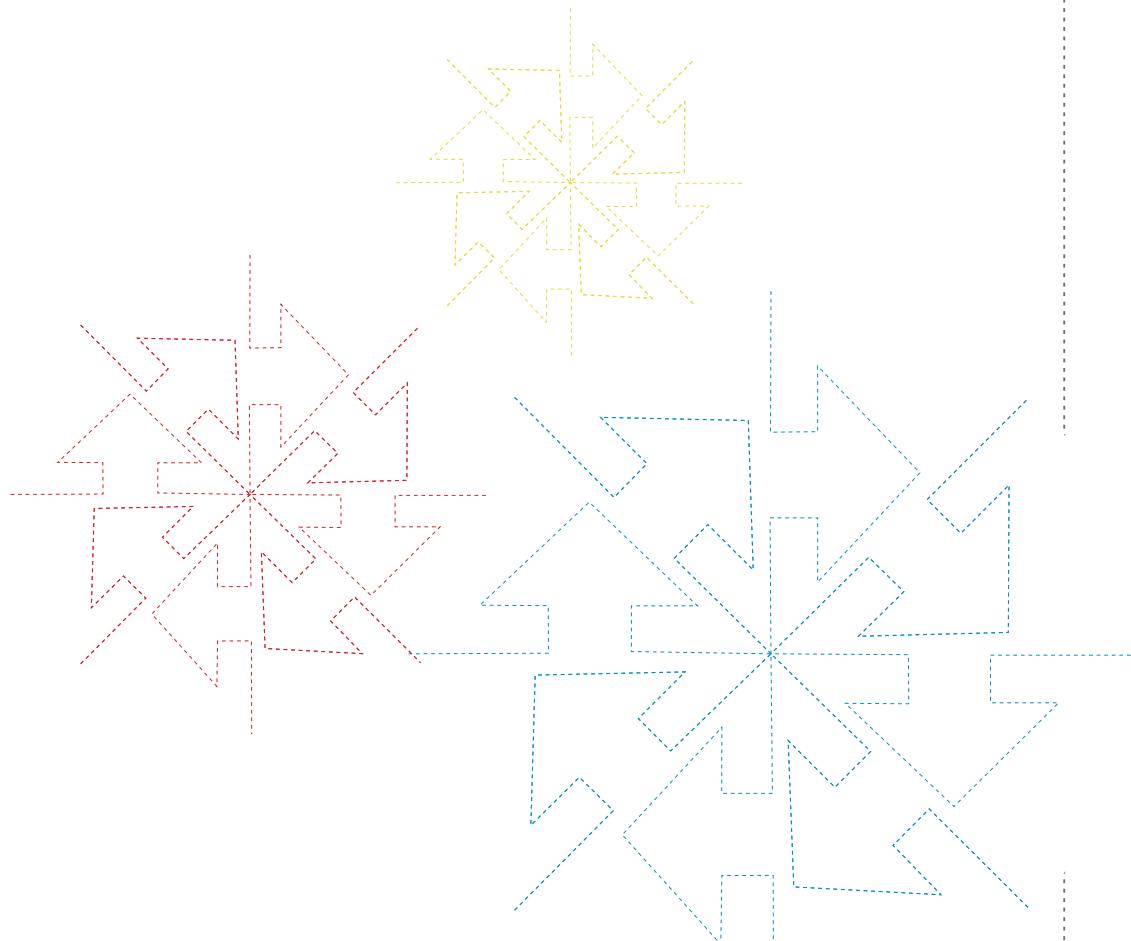
Inicialmente, a organização deve pensar sua identidade institucional, composta por missão, visão e valores. Após a análise dos ambientes interno e externo, devem ser eleitos temas estratégicos atinentes às diversas perspectivas. Cada tema conterá um ou mais objetivos estratégicos.

Todos esses itens serão registrados no Mapa Estratégico. A rápida visualização da estratégia da organização por meio de um mapa é um dos fatores de sucesso da metodologia BSC.

Mas não é só. Definidas as áreas de atuação, é necessário estabelecer um sistema de medições que avalie o desempenho de cada objetivo estratégico. Atendendo satisfatoriamente aos desafios propostos, a instituição poderá ter certeza de que sua missão está sendo cumprida e que está no caminho correto para alcançar sua visão de futuro.

Os indicadores são os instrumentos de gestão escolhidos para tal tarefa. As grandezas informam o quão perto a organização se encontra das metas, previamente estabelecidas com base nesse parâmetro.

Por fim, devem ser traçadas as iniciativas e estabelecidos os projetos que resultarão no atingimento das metas.



IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A identidade institucional é composta por Missão, Visão e Valores. Através dos três elementos, pode-se reconhecer uma organização, saber qual o seu escopo, que ideais defende e qual meta deseja atingir em um futuro próximo.

Missão, Visão e Valores representam, em síntese, o “quê”, o “para quê” e o “com quê”, dados que a entidade carrega em si, que traduzem seu DNA, sua vontade e seu espírito.

Transcorrido um dado lapso de tempo, a visão de futuro de uma instituição pode e deve ser revista. O planejamento é a sequência de ideias a serem postas em prática com o objetivo de alcançar um status ainda não atingido. Por ser reflexo de um momento, é necessário questionar se a visão de futuro ainda constitui a vontade máxima do órgão ou se as circunstâncias internas e externas se alteraram de modo a transformá-la.

A vontade se mantém ou passa, permanece ou se modifica. Já o DNA não se altera, continua. Não obstante, com o passar do tempo, olhares cada vez mais refinados permitem diagnosticar nuances ainda ocultas, descobrir aspectos que esperavam para ser revelados. Assim, a Missão de uma entidade, que constitui sua razão de ser, sua declaração de propósito, não pode ser desconstituída, desconfigurada, mas permite a descoberta de significados implícitos que podem ser explicitados durante um processo de revisão.

Também o espírito é o mesmo, ainda que se fortaleça ou venha a sofrer perdas. Os valores da instituição demonstram anseios superiores a meros objetivos, são pretensões de todos e de nenhum em especial. Serão revelados pela conduta diária, influenciarão os relacionamentos e auxiliarão na tomada de decisões. Declarar valores novos ou omitir valores antigos significa a reflexão sobre o estado de espírito institucional atual, sobre o que se possui e sobre o que se deseja obter.

O plano estratégico elaborado em determinada data não é mais o mesmo no dia seguinte e vai atravessando mutações informais de sentido, até ser reescrito em outro ponto da história. Daí dizer-se que o planejamento é uma tarefa contínua, dinâmica. Essa metamorfose pode ser reconhecida ao longo da execução do plano original ou com o fim do período pré-estabelecido de vigência.

Importante, é notar, sem embargo, que todos tomamos parte dessas transformações, ao registrar formalmente o entendimento em vigor ou vivê-lo no dia-a-dia. Somos, portanto, parte de uma realidade maior, que nos molda e à qual moldamos.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade e efetividade

VISÃO

Aperfeiçoar-se como instrumento efetivo de justiça, paz social e cidadania

VALORES

- ACESSIBILIDADE
- COMPROMETIMENTO
- EFETIVIDADE
- ÉTICA
- GESTÃO PARTICIPATIVA
- HUMANIZAÇÃO
- PROBIDADE
- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
- URBANIDADE
- VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS

DECLARAÇÃO DE VALORES DO TRT 16^a

É premissa de atuação do TRT16^a que todos os usuários, internos e externos, tenham acesso a serviços e informações, de maneira simplificada e com qualidade. Nossas ações demonstrarão a dedicação na realização de cada tarefa e o zelo no cumprimento da missão institucional. Nossa busca será constante para que nossos processos de trabalho sirvam à entrega do serviço buscado pelo usuário. Seremos imparciais, honestos e orientados pela imparcialidade. Partilharemos informações sobre a gestão, promovendo uma administração dinâmica e democrática na tomada de decisões. O ser humano será considerado em seus aspectos físico, mental, social e ambiental, para a priorização da igualdade entre as pessoas, respeitando as diferenças individuais. A condução das atividades administrativas não se desviará da finalidade pública e expressará nossa integridade e retidão de caráter. Contribuiremos para a construção de uma sociedade em que se exerce plenamente a cidadania, com especial atenção à preservação do meio ambiente. Nossas relações pessoais, internas e externas, serão permeadas pela cortesia e pelo respeito. O exercício profissional servirá ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana e expressará a firme crença de que as pessoas são o elemento mais importante da nossa função institucional.

PERSPECTIVAS DO MAPA ESTRATÉGICO

Perspectivas são aspectos do desempenho organizacional. Como o nome sugere, são perspectivas, pontos de vista. As perspectivas propõem diferentes análises, sob a premissa de que a instituição necessita atender a frentes de trabalho diversas para alcançar sua visão de futuro.

As perspectivas de atuação do TRT16^a são Recursos, Processos Internos e Sociedade, que nessa ordem, constituem uma sequência pré-ordenada de desempenho. O resultado positivo na primeira perspectiva gera o cenário favorável ao avanço na seguinte.

As perspectivas são trabalhadas por meio dos temas estratégicos, que representam uma escolha de atuação dentro do universo fornecido pela perspectiva em questão.

Eis as perspectivas e seus temas estratégicos:

RECURSOS

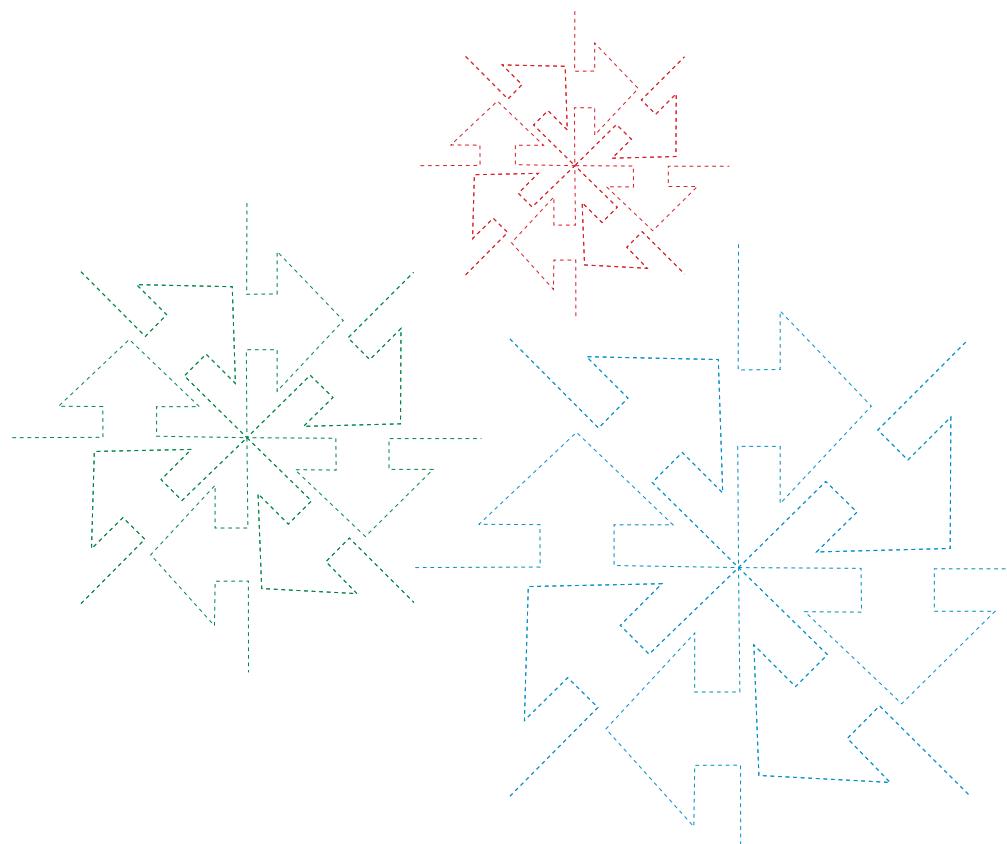
Gestão de pessoas
Infraestrutura e tecnologia

PROCESSOS INTERNOS

Processo judicial
Governança judiciária

SOCIEDADE

Cidadania e efetividade



TEMAS ESTRATÉGICOS

Temas estratégicos são áreas de concentração dos esforços da administração. Agregam os objetivos correlacionados, que, caso atingidos, impulsionarão o desempenho da perspectiva e favorecerão o alcance dos próximos objetivos.

Objetivos estratégicos são resultados que a organização pretende atingir e que são considerados fundamentais para o alcance da visão de futuro. O avanço dentro de cada objetivo será medido por indicadores que representam as metas da instituição.

PERSPECTIVA RECURSOS

TEMA GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO 1 - Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida
OBJETIVO 2 - Promover formação continuada do quadro funcional

TEMA INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO 3 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC
OBJETIVO 4 - Garantir a infraestrutura adequada às atividades do TRT

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

TEMA PROCESSO JUDICIAL

OBJETIVO 5 - Assegurar produtividade na prestação jurisdicional
OBJETIVO 6 - Estimular a conciliação
OBJETIVO 7 - Gerenciar demandas repetitivas
OBJETIVO 8 - Impulsionar os processos de execução

TEMA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

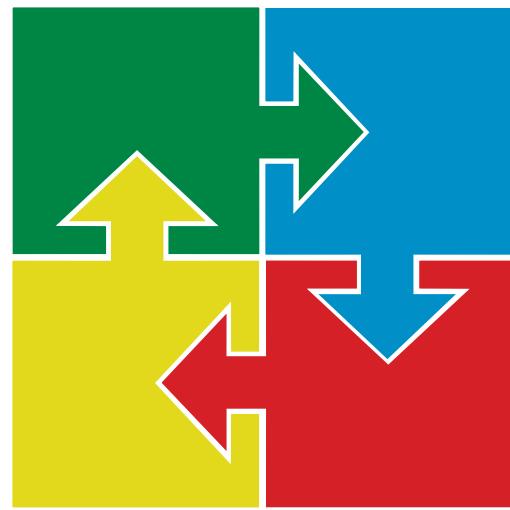
OBJETIVO 9 - Ampliar o modelo de gestão participativa
OBJETIVO 10 - Aprimorar a qualidade da gestão administrativa
OBJETIVO 11 - Assegurar mecanismos de controle para a administração
OBJETIVO 12 - Aperfeiçoar a gestão de custos

PERSPECTIVA SOCIEDADE

TEMA CIDADANIA E EFETIVIDADE

OBJETIVO 13 - Promover a cidadania e a integração com a sociedade
OBJETIVO 14 - Buscar a efetividade na prestação jurisdicional

OBJETIVOS E METAS



MEDIDAS DE DIAGNÓSTICO E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

A maneira de analisar o desenvolvimento de um objetivo estratégico é por meio de indicadores, eleitos por representarem uma grandeza que exprime uma realidade que se pretende modificar.

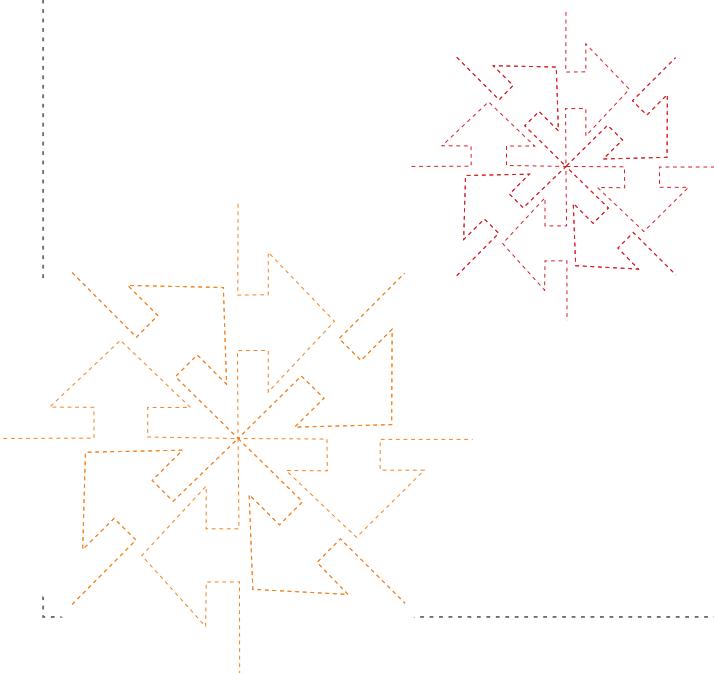
Na verdade, o indicador se apropria do conteúdo do objetivo ao qual está vinculado e direciona as ações da entidade ao seu cumprimento. Um objetivo estratégico é uma parcela da Visão de futuro; um indicador estratégico é um segundo grau de orientação quanto ao trabalho que deverá ser desenvolvido.

Somente por meio da fixação de metas para os indicadores será possível constatar o alcance do objetivo declarado: sabendo como serão avaliados, os colaboradores terão condições de ajustar sua força de trabalho em busca dos resultados pretendidos.

Ocorre que nem todo indicador é uma medida estratégica. Para tentar diferenciar as medidas de diagnóstico das medidas estratégicas, cabe recorrer a Kaplan e Norton:

As empresas devem possuir centenas, talvez milhares de medidas que são capazes de monitorar para garantir o funcionamento esperado e advertir para a necessidade de medidas corretivas. Mas essas medidas não são os vetores do sucesso competitivo. [...] Após implementar seu primeiro Balanced Scorecard, um executivo observou: 'Nossa divisão sempre mediou centenas de variáveis operacionais. Ao elaborarmos um Balanced Scorecard, escolhemos 12 medidas como a chave para a implementação da estratégia. Dessas medidas, 7 eram inteiramente novas para a divisão'. O Balanced Scorecard não substitui o sistema de medição cotidiana da empresa. As medidas do scorecard são selecionadas de modo a direcionar a atenção de executivos e funcionários para os fatores capazes de levar a empresa a grandes realizações competitivas. (A estratégia em ação: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 170)

A escolha dos indicadores estratégicos pode determinar o sucesso do plano, pois tem a capacidade de influenciar a realidade, ao voltar a atenção da entidade a elementos cuja interferência no resultado final seja significativa.



TEMA: GESTÃO DE PESSOAS
Objetivo estratégico 1:

Desenvolver ações voltadas à promoção da qualidade de vida

Descrição do objetivo:

Objetiva potencializar o capital humano, por meio da valorização dos colaboradores, avaliação e desenvolvimento de competências, do incentivo à prevenção em saúde e da humanização nas relações de trabalho.

META 1 – Elevar a satisfação com o clima organizacional para 80% até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
75,66% (2011)	76%	-	78%	-	80%	-
Indicador	Índice de Satisfação com o Clima Organizacional (ISCO)					
Descrição	Mede o grau de satisfação de magistrados e servidores com o ambiente e as condições de trabalho					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Relação percentual entre as avaliações positivas e o total de avaliações da Pesquisa					
Periodicidade	A cada 2 anos, ao fim dos anos de 2015, 2017 e 2019					

META 2 – Realizar 9 ações de saúde no ano de 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
6	7	7	8	8	8	9
Indicador	Número de Ações de Saúde (NAS)					
Descrição	Mede o número de ações promovidas pelo TRT16 ^a objetivando tratar de assuntos relacionados com a saúde de magistrados e servidores					
Setor encarregado da medição	Seção de Saúde					
Fórmula	Quantitativo de ações concluídas no período					
Periodicidade	Mensal					

META 3 – Aumentar em 20% o número de magistrados e servidores atendidos anualmente pelas campanhas de saúde, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
426 (2014)	5%	8%	11%	14%	17%	20%
Indicador	Número de Magistrados e Servidores Atendidos (NMSA)					
Descrição	Mede o alcance das ações de saúde promovidas pelo TRT16 ^a , em número de pessoas atendidas					
Setor encarregado da medição	Seção de Saúde					
Fórmula	Número de magistrados e servidores atendidos por, ao menos, uma das ações de saúde concluídas no período					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo estratégico 2:

Promover formação continuada do quadro funcional

Descrição do objetivo:

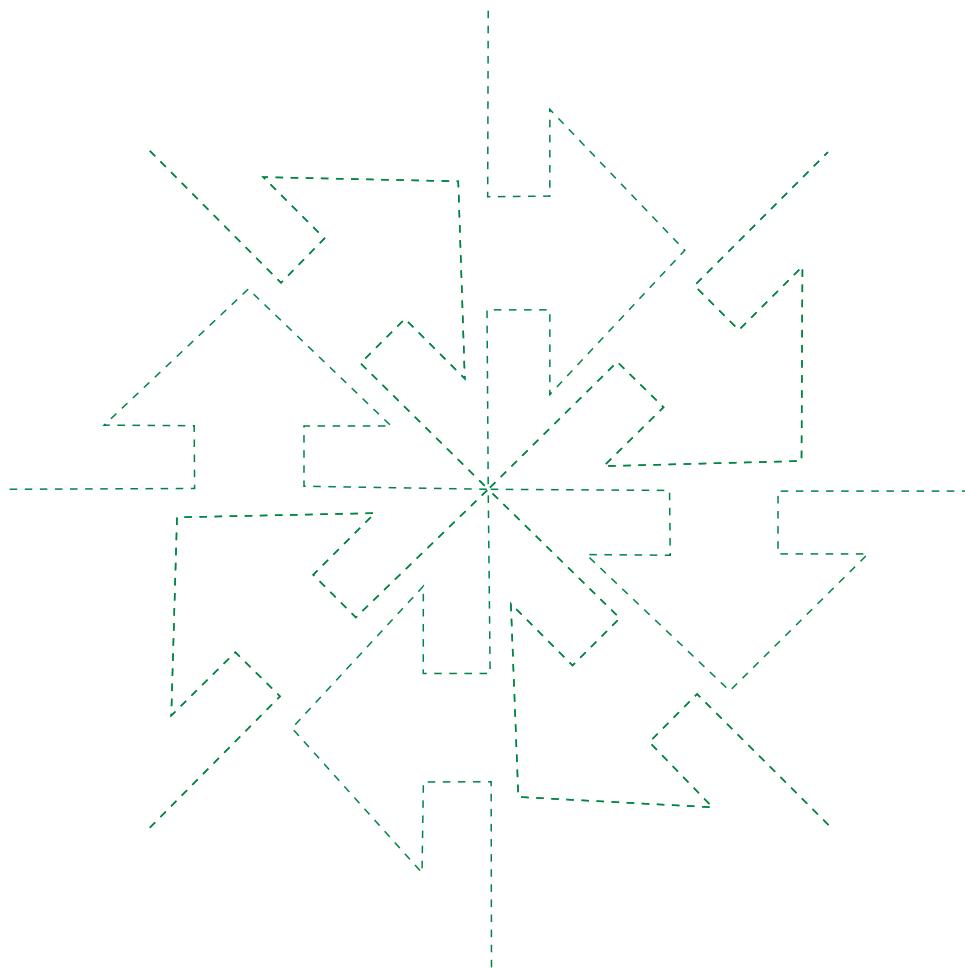
Busca a elaboração de programas estruturados de desenvolvimento pessoal e profissional de forma continuada e com o objetivo de estabelecer itinerários formativos para cada categoria funcional.

META 4 - Capacitar, pelo menos, 50% do quadro de magistrados e servidores ao ano

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%	≥ 50%
Indicador	Índice de Capacitação (ICap)					
Descrição	Mede o alcance das ações de capacitação promovidas pelo TRT16 ^a					
Setor encarregado da medição	Escola Judicial					
Fórmula	Percentual de magistrados e servidores capacitados em mais de 8h, no período					
Periodicidade	Mensal					

META 5 - Destinar, do total de capacitações anuais, pelo menos 10% para os sistemas tecnológicos

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%	≥ 10%
Indicador	Índice de Capacitação em Sistemas (ICapS)					
Descrição	Mede a proporção das ações de capacitação nos sistemas tecnológicos utilizados no TRT16 ^a , em relação ao total das ações de capacitação					
Setor encarregado da medição	Escola Judicial					
Fórmula	Relação percentual entre as capacitações em sistemas e total de capacitações concluídas no período					
Periodicidade	Mensal					



TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

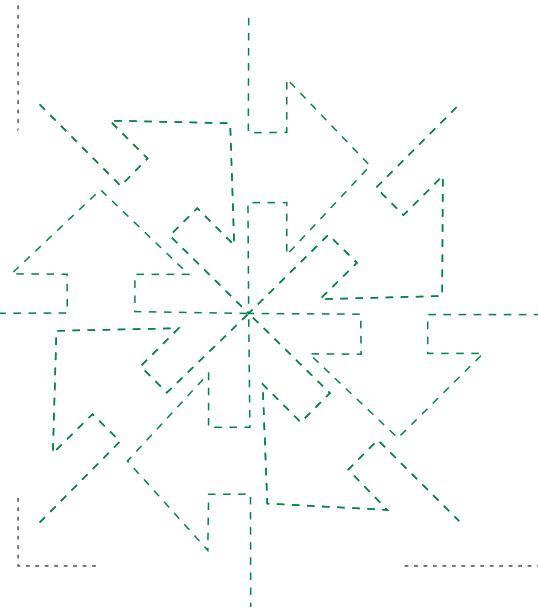
Objetivo estratégico 3: Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC

Descrição do objetivo:

Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

META 6 - Obter, pelo menos, 75% de satisfação com os serviços de TIC

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Indicador	Índice de Satisfação com os serviços de TIC (ISTIC)					
Descrição	Mede o grau de satisfação de magistrados e servidores com os serviços prestados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações					
Fórmula	Relação percentual entre as avaliações positivas e o total de avaliações da pesquisa					
Periodicidade	Anual					



TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA
Objetivo estratégico 4:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades do TRT

Descrição do objetivo:

Refere-se à manutenção do patrimônio material, com o intuito de prolongar a vida útil de equipamentos e conservar a estrutura física, assegurando um ambiente de trabalho saudável.

META 7 - Manter a Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia em patamar inferior a 30%

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	< 30%	< 30%	< 30%	< 30%	< 30%	< 30%
Indicador	Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia (TCDE)					
Descrição	Mede a relação entre a quantidade de demandas solucionadas, as demandas novas e as pendentes quanto a serviços de engenharia					
Setor encarregado da medição	Seção de Engenharia					
Fórmula	$[1 - \text{Demandas solucionadas} / (\text{demandas novas} + \text{demandas pendentes})]$ na Seção de Engenharia					
Periodicidade	Semestral					

TEMA: PROCESSO JUDICIAL

Objetivo estratégico 5:

Assegurar produtividade na prestação jurisdicional

Descrição do objetivo:

Tem por finalidade apresentar respostas à crescente demanda judicial e envolve a análise da execução das atividades, com vistas ao melhor desempenho da organização.

META 8 - Elevar a Performance Jurisdicional de 1º Grau em 1% ao ano, até 2020

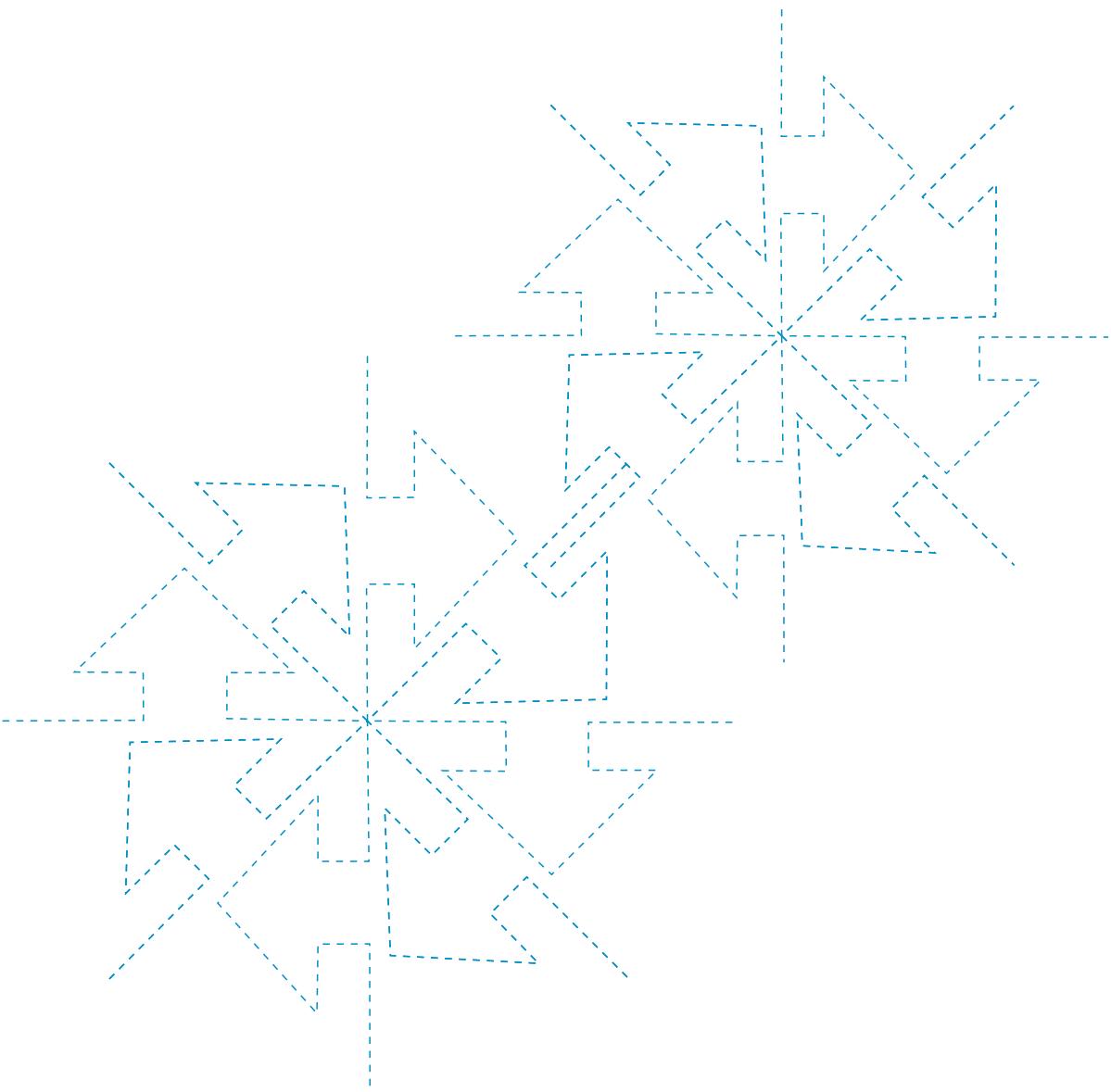
Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%
Indicador	Performance Jurisdicional – 1º Grau (PJ1)					
Descrição	Mede a relação entre a produtividade das unidades de primeiro grau e a força de trabalho disponível					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	Processos baixados no período (em qualquer fase) / Força de trabalho (magistrados e servidores na área judiciária)					
Periodicidade	Mensal					

META 9 - Elevar a Performance Jurisdicional de 2º Grau em 1% ao ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%
Indicador	Performance Jurisdicional – 2º Grau (PJ2)					
Descrição	Mede a relação entre a produtividade das unidades de segundo grau e a força de trabalho disponível					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Processos baixados no período (em qualquer fase) / Força de trabalho (magistrados e servidores na área judiciária)					
Periodicidade	Mensal					

META 10 - Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º e 2º Grau) para 40%, ou menos, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	≤ 50%	≤ 48%	≤ 46%	≤ 44%	≤ 42%	≤ 40%
Indicador	Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (CongC)					
Descrição	Mede a relação entre a quantidade de processos baixados, casos novos e pendentes na fase de conhecimento					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	$[1 - \text{Processos Baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]$ na fase de conhecimento					
Periodicidade	Mensal					



TEMA: PROCESSO JUDICIAL

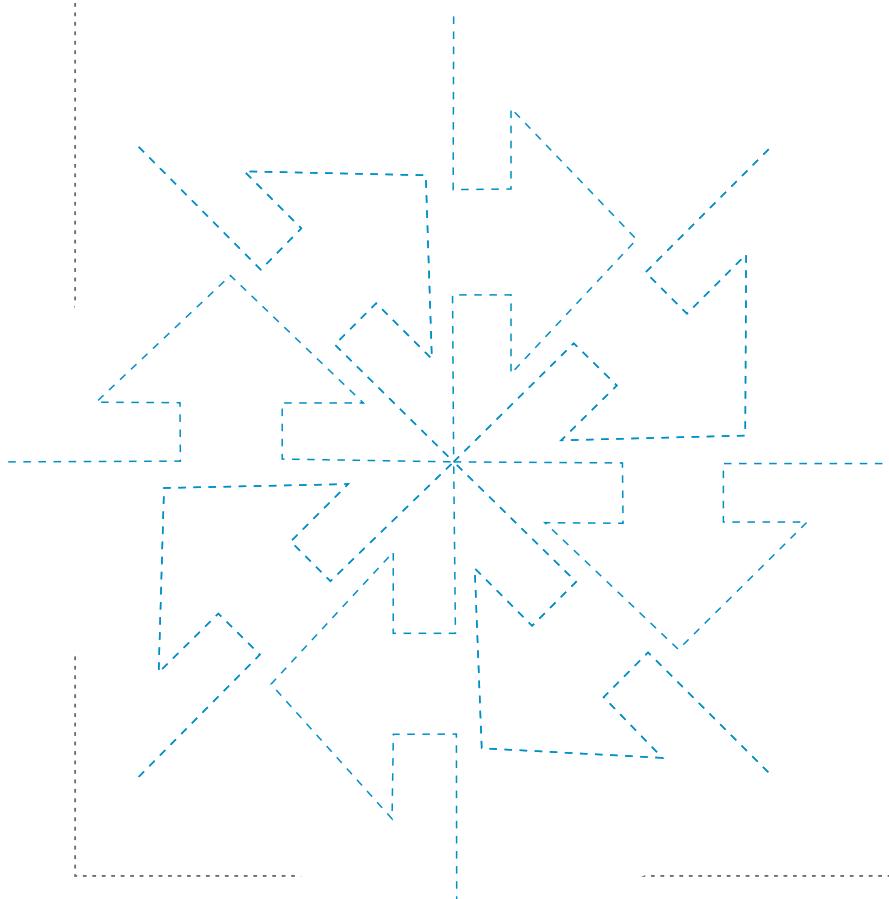
Objetivo estratégico 6: Estimular a conciliação

Descrição do objetivo:

Visa propagar o sentimento conciliatório como mecanismo de resolução dos processos e contraponto à cultura da litigância.

META 11 - Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução em 6%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%	+1%
Indicador	Acordos Homologados em Execução (AHE)					
Descrição	Mede a quantidade de acordos homologados na fase de execução					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	Quantitativo de acordos homologados no período					
Periodicidade	Mensal					



TEMA: PROCESSO JUDICIAL
Objetivo estratégico 7:
 Gerenciar demandas repetitivas

Descrição do objetivo:

Refere-se ao monitoramento dos grandes litigantes e das demandas repetitivas, com o objetivo de reduzir o acúmulo de processos relativos à litigância serial.

META 12 - Reduzir o Índice de Admissibilidade de Recursos de Revista em 10%, até 2017

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	2%	5%	10%	-	-	-
Indicador	Índice de Admissibilidade em Recurso de Revista (IARR)					
Descrição	Mede a proporção de recursos de revista admitidos, em relação ao total de recursos de revista analisados no período					
Setor encarregado da medição	Núcleo de Recurso de Revista					
Fórmula	Número de recursos de revista admitidos / Total de recursos de revista analisados					
Periodicidade	Mensal					

TEMA: PROCESSO JUDICIAL

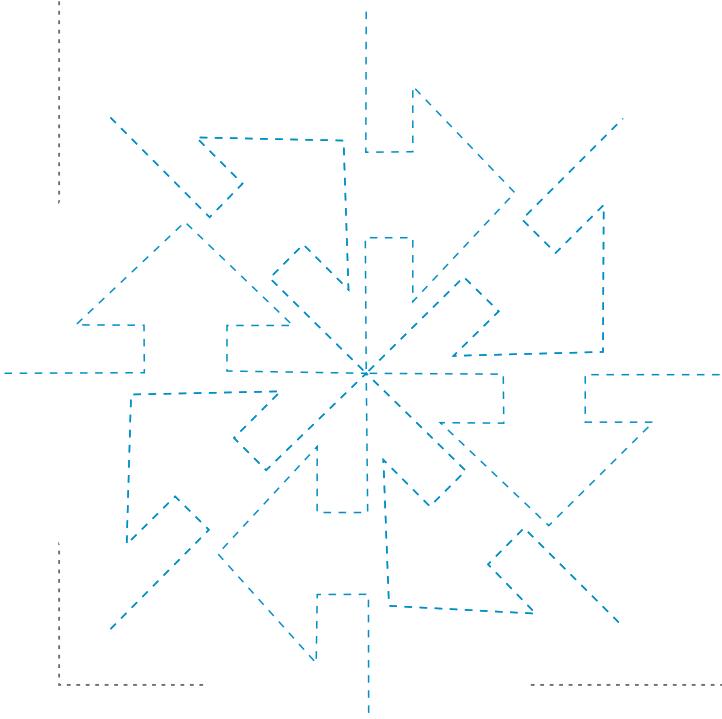
Objetivo estratégico 8: Impulsionar os processos de execução

Descrição do objetivo:

Busca reconhecer a execução como fase crítica do processo e que deve ser priorizada, por meio de ações que otimizem os processos de trabalho e permitam a solução definitiva das demandas.

META 13 – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% ou menos até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	≤ 70%	≤ 68%	≤ 66%	≤ 64%	≤ 62%	≤ 60%
Indicador	Taxa de Congestionamento na fase de execução (CongE)					
Descrição	Mede a relação entre a quantidade de processos baixados, casos novos e pendentes na fase de execução					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	$[1 - \text{Processos Baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]$ na fase de execução					
Periodicidade	Mensal					



TEMA: GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico 9:

Ampliar o modelo de gestão participativa

Descrição do objetivo:

Tem por finalidade gerar sentimento de coesão e proximidade entre as unidades judiciais e administrativas, divulgando boas práticas e alinhando procedimentos.

META 14 - Obter índice de gestão participativa igual a 6, em 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	3	3,6	4,2	4,8	5,4	6
Indicador	Índice de Gestão Participativa (IGP)					
Descrição	Mede a quantidade de reuniões de comitês instituídos pelo TRT16 ^a					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Número de reuniões de comitês informadas no período /Total de comitês instituídos					
Periodicidade	Mensal					

META 15 - Realizar 2 ações de integração por ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	2	2	2	2	2	2
Indicador	Número de Ações Institucionais (NAI)					
Descrição	Mede a quantidade de ações institucionais voltadas à integração pessoal e administrativa de diferentes unidades, envolvendo boas práticas e alinhamento organizacional					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Número de ações destinadas a promover a integração em serviços e a troca de experiências entre servidores e unidades					
Periodicidade	Semestral					

TEMA: GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico 10:

Aprimorar a qualidade da gestão administrativa

Descrição do objetivo:

Relaciona-se com a eficiência operacional, com a transparência institucional e com a adoção de práticas consolidadas de gestão, envolvendo estratégia, comunicação, processos de trabalho e projetos.

META 16 - Adotar 2 boas práticas de gestão por ano, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	2	2	2	2	2	2
Indicador	Boas Práticas de Gestão (BPG)					
Descrição	Mede a quantidade de boas práticas de gestão adotadas pelo TRT16 ^a					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Número de boas práticas descritas no respectivo questionário do TCU adotadas no período					
Periodicidade	Semestral					

TEMA: GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico 11:

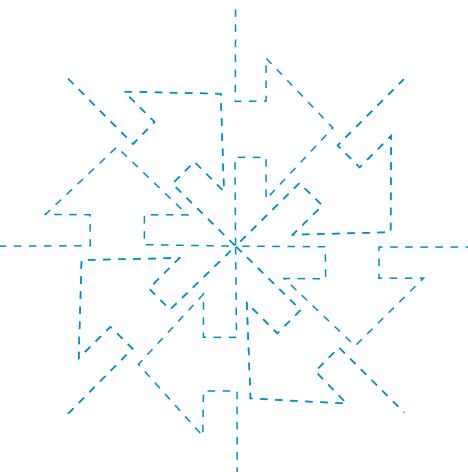
Assegurar mecanismos de controle para a administração

Descrição do objetivo:

Trata-se de melhorar o controle e a fiscalização dos atos administrativos por meio da implantação de normas e procedimentos.

META 17 - Implantar sistemas de controle interno em 100% das unidades do TRT até 2017

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	35%	70%	100%	-	-	-
Indicador	Sistemas de Controle Interno (SCI)					
Descrição	Mede a quantidade de unidades do TRT ^{16a} que possuem sistema de controle interno, em relação ao total de unidades					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Controle Interno					
Fórmula	Número de unidades com sistema de controle interno implantado / Total de unidades administrativas do Tribunal					
Periodicidade	Mensal					



TEMA: GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Objetivo estratégico 12: Aperfeiçoar a gestão de custos

Descrição do objetivo:

Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para as necessidades essenciais e as prioritárias.

META 18 - Atingir, anualmente, 10 pontos no Índice de Redução de Consumo

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020												
2014	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos	10 Pontos												
Indicador	Índice de Redução de Consumo (IRC)																	
Descrição	Mede a proporção de redução de consumo de água, energia elétrica e resmas de papel, em relação ao total de colaboradores e a área total do TRT16 ^a																	
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Serviços Gerais																	
Fórmula	<p>As unidades de medida são: Água - m³; Energia – kw/h; Papel – resmas; Área - m²; e Colaboradores – conforme Resolução nº 76 do Conselho Nacional de Justiça (magistrados, servidores, estagiários e terceirizados).</p> <p>Os índices de consumo serão calculados por colaborador x área, à exceção do papel, cujo consumo será por colaborador.</p> <p>Serão atribuídos pontos de acordo com o percentual de cumprimento (relativamente à redução de 1%) nos três componentes, conforme quadro a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Percentual de Cumprimento</th> <th>Pontuação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Menor que 60%</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>De 60% até 90%</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>De 90 até 100%</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>De 100% até 110%</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td>Acima de 110%</td> <td>5</td> </tr> </tbody> </table>						Percentual de Cumprimento	Pontuação	Menor que 60%	1	De 60% até 90%	2	De 90 até 100%	3	De 100% até 110%	4	Acima de 110%	5
Percentual de Cumprimento	Pontuação																	
Menor que 60%	1																	
De 60% até 90%	2																	
De 90 até 100%	3																	
De 100% até 110%	4																	
Acima de 110%	5																	
Periodicidade	Mensal																	

TEMA: CIDADANIA E EFETIVIDADE
Objetivo estratégico 13:

Promover a cidadania e a integração com a sociedade

Descrição do objetivo:

Relaciona-se com a concretização dos direitos constitucionais, através de ações de responsabilidade socioambiental, que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

META 19 - Aumentar, anualmente, o índice de promoção da cidadania e integração com a sociedade

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2015	-	> 2015	> 2016	> 2017	> 2018	> 2019
Indicador	Índice de Promoção da Cidadania e Integração com a Sociedade (IPCIS)					
Descrição	Mede a quantidade de iniciativas (ações de natureza não-judicial voltadas para o público externo) promovidas pelo TRT16 ^a com vistas à garantia dos direitos de cidadania e à integração com a sociedade					
Setor encarregado da medição	Seção de Comunicação Social					
Fórmula	Número de iniciativas institucionais realizadas no período					
Periodicidade	Mensal					

META 20 - Manter o Índice de Satisfação com a Instituição acima de 85%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
91,55% (2012)	> 85%	-	> 85%	-	> 85%	-
Indicador	Índice de Satisfação com a Instituição (ISI)					
Descrição	Mede a satisfação do público externo com os serviços prestados pelo TRT16 ^a , envolvendo aspectos como: infraestrutura, atendimento ao público, audiência, julgamento e comunicação					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa					
Fórmula	Relação percentual entre as avaliações positivas e o total de avaliações da pesquisa					
Periodicidade	A cada 2 anos, ao fim dos anos de 2015, 2017 e 2019					

TEMA: CIDADANIA E EFETIVIDADE

Objetivo estratégico 14:

Buscar a efetividade na prestação jurisdicional

Descrição do objetivo:

Trata-se do resultado pretendido com a prestação jurisdicional: que todos os atos judiciais sejam efetivos, tendentes à finalização dos processos e à satisfação dos direitos.

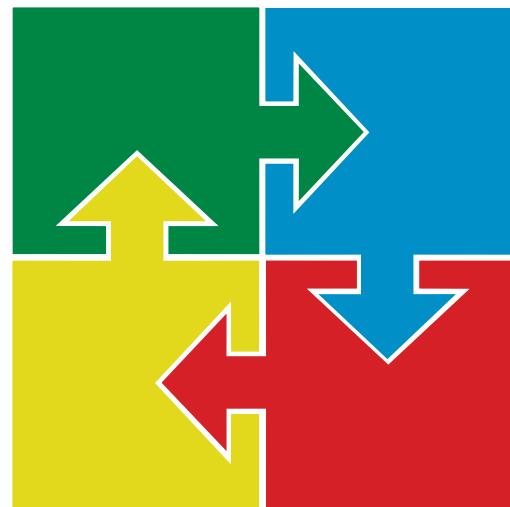
META 21 - Aumentar a arrecadação por processo em 10%, até 2020

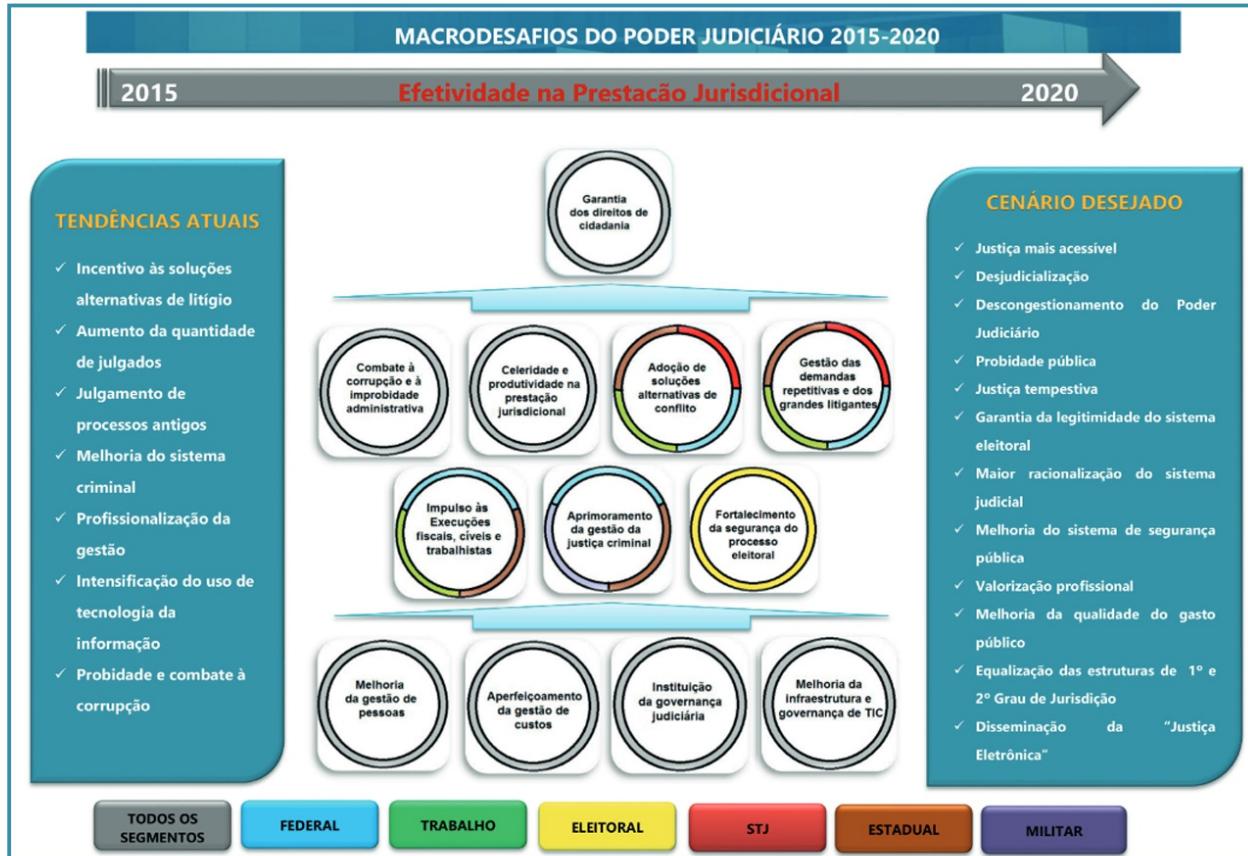
Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2015	-	2%	4%	6%	8%	10%
Indicador	Arrecadação por Processo (APP)					
Descrição	Mede a relação entre os valores arrecadados pelo TRT16 ^a (em pagamentos e recolhimentos) e a quantidade de processos baixados no período					
Setor encarregado da medição	Secretaria da Corregedoria Regional					
Fórmula	Valores arrecadados pelo TRT 16 ^a (pagamentos e recolhimentos) / Quantidade de processos baixados em execução no período					
Periodicidade	Mensal					

META 22 - Manter o índice de pagamento de precatórios acima de 25%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	> 25%	> 25%	> 25%	> 25%	> 25%	> 25%
Indicador	Índice de Pagamento de Precatórios (IPP)					
Descrição	Mede a proporção dos precatórios pagos, em relação ao total de precatórios existentes					
Setor encarregado da medição	Coordenadoria de Precatórios					
Fórmula	Relação percentual entre os precatórios pagos e o total de precatórios existentes no período					
Periodicidade	Mensal					

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO E QUADRO DE METAS DO TRT 16





MACRODESAFIO 1

Efetividade na prestação jurisdicional

- **META 22 – TRT (IPP)**

Manter o índice de pagamento de precatórios acima de 25%, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

- **META 21 – TRT (APP)**

Aumentar a arrecadação por processo em 10%, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

MACRODESAFIO 2

Garantia dos direitos de cidadania

- **META 13 – CSJT (IAM)**

Atingir e manter pontuação entre 58 e 72 até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	≥ 58	≥ 58	≥ 58	≥ 58	≥ 58	≥ 58

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência

- **META 20 – TRT (ISI)**

Manter o Índice de Satisfação com a Instituição acima de 85%, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência

- **META 19 – TRT (IPCIIS)**

Aumentar, anualmente, o Índice de Promoção da Cidadania e Integração com a Sociedade

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência

MACRODESAFIO 3

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

- **META 17 – TRT (SCI)**

Implantar sistemas de controle interno em 100% das unidades do TRT até 2017

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Controle Interno

MACRODESAFIO 4

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

• **META 1 – CNJ / META 6 – CSJT (IPJ)**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2015	>100%	-	-	-	-	-

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

• **META 2 – CNJ / META 7 – CSJT (IPA)**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos 1º e 2º graus

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2013	≥90%	-	-	-	-	-

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

• **META 4 – CSJT (TMDP2)**

Reducir o tempo médio de duração do processo na segunda instância, em relação ao ano base 2014, em 10% até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência

• **META 5 – CSJT (TMDP1c)**

Reducir o tempo médio de duração do processo na primeira instância, em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	0%	1%	2%	3%	4%	5%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

• **META 8 – TRT (PJ1)**

Elevar a Performance Jurisdicional de 1º Grau em 1% ao ano, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

• **META 9 – TRT (PJ2)**

Elevar a Performance Jurisdicional de 2º Grau em 1% ao ano, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência

- **META 12 – TRT (IARR)**

Reducir o Índice de Admissibilidade de Recursos de Revista em 10%, até 2017
Unidade Fiscalizadora: Secretaria Geral da Presidência

MACRODESAFIO 5

Adoção de soluções alternativas de conflito

- **META 9 – CSJT (ICONc)**

Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10%, até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Média 2013/2014	1%	2%	4%	6%	8%	10%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

- **META 11 – TRT (AHE)**

Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução em 6%, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

MACRODESAFIO 6

Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

- **META 6 – CNJ / META 8 – CSJT (IACJ)**

Julgar todas as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	100%	-	-	-	-	-

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

- **META 7 – CNJ / META 10 – CSJT (ICP)**

Reducir o Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes em 10% até 2020

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2014	1,5%	2%	4%	6%	8%	10%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

- **META 3 - TRT (NMSA)**

Aumentar em 20% o número de magistrados e servidores atendidos anualmente pelas campanhas de saúde, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Seção de Saúde

- **META 4 – TRT (ICap)**

Capacitar, pelo menos, 50% do quadro de magistrados e servidores ao ano

Unidade Fiscalizadora: Escola Judicial

- **META 5 – TRT (ICapS)**

Destinar, do total de capacitações anuais, pelo menos 10% para os sistemas tecnológicos

Unidade Fiscalizadora: Escola Judicial

MACRODESAFIO 7

Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas

- **META 5 - CNJ / META 11 – CSJT (IE)**

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

- **META 13 – TRT (CongE)**

Reducir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% ou menos até 2020

Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

MACRODESAFIO 8

Melhoria da gestão de pessoas

- **META 1 – CSJT (iGovPessoas)**

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inicial	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

- **META 1 – TRT (ISCO)**

Elevar a satisfação com o clima organizacional para 80% até 2020
Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

- **META 2 – TRT (NAS)**

Realizar 9 campanhas de saúde no ano de 2020
Unidade Fiscalizadora: Seção de Saúde

- **META 10 – TRT (CongC)**

Reducir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º e 2º Grau) para 40%, ou menos, até 2020
Unidade Fiscalizadora: Secretaria da Corregedoria Regional

MACRODESAFIO 9

Aperfeiçoamento da gestão de custos

- **META 2 – CSJT (IEOD)**

Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
90,35%	0,5%	1%	2%	3%	4%	5%

Unidade Fiscalizadora: Secretaria de Orçamento e Finanças

- **META 18 – TRT (IRC)**

Atingir, anualmente, 10 pontos no Índice de Redução de Consumo
Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Serviços Gerais

MACRODESAFIO 10

Instituição da governança judiciária

- **META 12 – CSJT (IGov)**

Aumentar, em relação à última apuração do IGov, a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais, para aqueles TRTs que se enquadrem na faixa “inicial”

Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inicial	-	-	-	-	-	+ 15%

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

- **META 7 – TRT (TCDE)**

Manter a Taxa de Congestionamento das Demandas de Engenharia em patamar inferior a 30%

Unidade Fiscalizadora: Seção de Engenharia

- **META 14 – TRT (IGP)**

Aumentar o Índice de Gestão Participativa, em relação ao ano anterior

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

- **META 15 – TRT (NAI)**

Realizar 2 ações de integração por ano, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

- **META 16 – TRT (BPG)**

Adotar 2 boas práticas de gestão por ano, até 2020

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa

MACRODESAFIO 11

Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

META 3 – CSJT (iGovTI)

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI

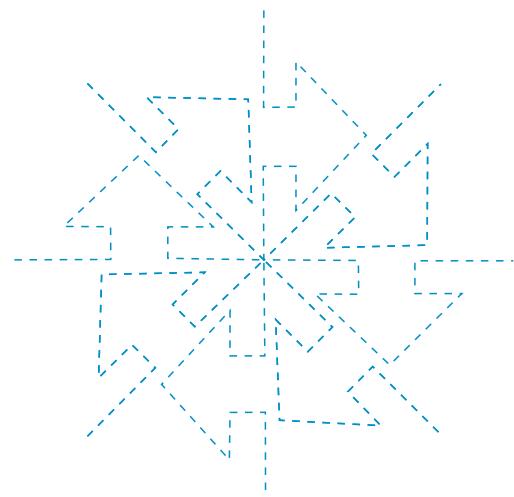
Linha de base e evolução	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações

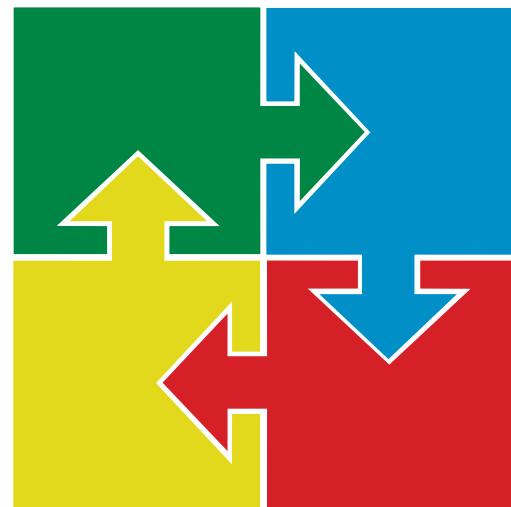
META 6 – TRT (ISTIC)

Obter, pelo menos, 75% de satisfação com os serviços de TIC

Unidade Fiscalizadora: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicações



PROGRAMAS



CONSELHO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

O Conselho de Gestão Estratégica é uma instância de acompanhamento da estratégia, formado por incentivadores e fiscalizadores.

Os cinco temas estratégicos terão, cada um, um incentivador, cuja função é acompanhar o desenvolvimento do tema estratégico e auxiliar na interlocução entre a administração do Tribunal e as unidades fiscalizadoras dos objetivos estratégicos.

CIDADANIA E EFETIVIDADE – PRESIDENTE
PROCESSO JUDICIAL - VICE-PRESIDENTE
GOVERNANÇA JUDICIÁRIA - DIRETOR GERAL
GESTÃO DE PESSOAS - DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL
INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Os gestores das unidades fiscalizadoras dos objetivos estratégicos terão como atribuição monitorar o desempenho dos indicadores e as razões de eventual resultado negativo e apresentá-los durante as Reuniões de Análise da Estratégia – RAE.

Durante as RAE, serão debatidos os resultados parciais das metas fixadas, oportunidades nas quais poderão ser promovidos os ajustes necessários à melhoria do desempenho.

O Conselho de Gestão Estratégica poderá se guiar pelo rol de programas, sugerindo a atuação de um comitê. Comitês são instâncias de apoio à governança do Tribunal, fazendo a interlocução entre a Presidência do Regional e as atividades relacionadas à atuação de cada programa.

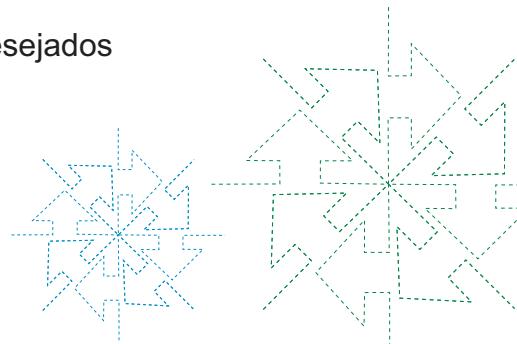
PROGRAMA PESSOAS

Descrição:

O Programa de Gestão de Pessoas engloba as iniciativas do TRT 16^a para promover o bem-estar no ambiente de trabalho. O desenvolvimento do corpo funcional é necessário tanto na área pessoal quanto na área profissional e depende de diretrizes para a gestão dos recursos humanos, da promoção da saúde física e mental e da qualificação para o trabalho.

Resultados desejados:

- Desenvolvimento dos perfis de competências desejados
- Estímulo ao desenvolvimento profissional
- Programas continuados de formação
- Transparência na gestão de recursos humanos
- Melhoria do ambiente de trabalho
- Redução de adoecimento e absenteísmo



PROGRAMA INFRAESTRUTURA

Descrição:

O Programa de Melhoria da Infraestrutura objetiva aprimorar a qualidade da estrutura física das unidades do TRT 16^a. Trata-se da busca pela acessibilidade, segurança das instalações, sustentabilidade (redução de consumos), adequação ergonômica e a criação de um ambiente de trabalho que proporcione o bem-estar dos colaboradores e da sociedade que recebe os serviços prestados.

Resultados desejados:

- Atendimento aos requisitos de acessibilidade
- Segurança das instalações
- Ocupação do espaço interno orientado à redução do consumo de energia elétrica e água
- Conservação da estrutura predial por meio de manutenção preventiva e periódica
- Ambientes de trabalho ergonômicos

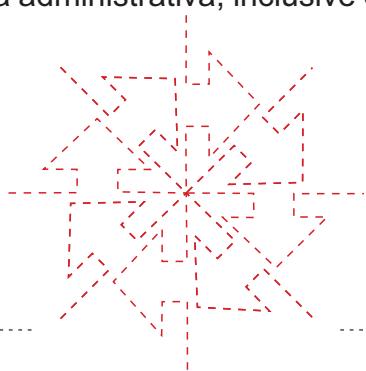
PROGRAMA INTEGRAÇÃO

Descrição:

O Programa de Integração da Administração Judiciária concentra o esforço para a instituição da governança, a manutenção de resultados e o estabelecimento de padrões de referência em administração. O fortalecimento da área administrativa deve vir da implantação de mecanismos de controle de atuação e de riscos, da gestão conjunta, democrática e participativa e da adoção contínua de boas práticas de gestão.

Resultados desejados:

- Fortalecimento da Administração Judiciária (toda a área administrativa, inclusive das unidades judiciais)
- Coibição de fraudes e prevenção de riscos
- Fortalecimento dos controles internos
- Melhoria na comunicação entre as unidades
- Adoção e divulgação de boas práticas de gestão
- Crescimento da cultura de gestão estratégica



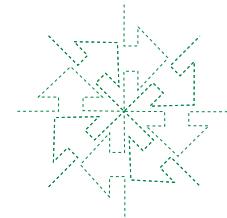
PROGRAMA ALINHAMENTO

Descrição:

O Programa de Alinhamento Estratégico busca a multiplicação de envolvidos com a execução da estratégia. Contempla a elaboração de planos de atuação por unidade, comprometendo as equipes e compartilhando responsabilidades para a obtenção de resultados.

Resultados desejados:

- Comprometimento das equipes
- Vinculação das unidades ao Plano Estratégico
- Fortalecimento da identidade institucional
- Compartilhamento de informações entre as unidades
- Aperfeiçoamento dos canais de comunicação
- Melhoria nos fluxos de trabalho e na gestão de projetos



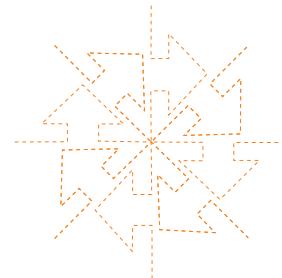
PROGRAMA PJE

Descrição:

O Programa de Desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico representa a busca por soluções para a utilização do sistema PJe-JT. Compreende toda regulamentação acerca do PJe no âmbito do Regional, quanto a diretrizes gerais, procedimentos e normas de atuação dos setores envolvidos.

Resultados desejados:

- Adequação do Regimento Interno do TRT 16^a
- Regulamentações específicas sobre PJe
- Soluções de produtividade e acessibilidade
- Prevenção de LER/DORT



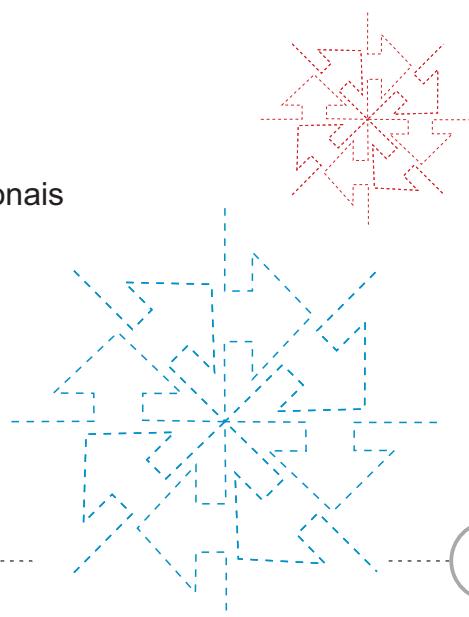
PROGRAMA TIC

Descrição:

O Programa de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações atende, de forma direta, ao macrodesafio do Poder Judiciário acerca da governança de TIC. O Plano Estratégico de TIC e o Plano Diretor de TI são instrumentos essenciais a nortear a atuação do TRT 16^a.

Resultados desejados:

- Oferecimento de carta de serviços ao usuário
- Melhoria no atendimento ao usuário
- Serviços prestados conforme a expectativa
- Alinhamento das ações de TIC aos objetivos institucionais
- Melhoria da infraestrutura de TIC
- Otimização dos recursos humanos disponíveis
- Melhoria das soluções tecnológicas



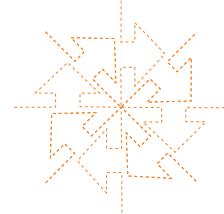
PROGRAMA EXECUÇÃO

Descrição:

O Programa de Efetividade na Execução centraliza as ações do TRT 16^a na fase de execução. Entre elas, o esgotamento de todos os meios coercitivos de quitação da dívida, a instituição de pautas de conciliação na execução e a realização de acordos em precatórios.

Resultados desejados:

- Rotinas de trabalho em execução, com aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas eletrônicos disponíveis
- Funcionamento do Núcleo de Pesquisa Patrimonial
- Maior efetividade na execução
- Aumento no número de conciliações na fase de execução



PROGRAMA JURISPRUDÊNCIA

Descrição:

O Programa de Consolidação da Jurisprudência tem por objetivo reduzir as taxas de recorribilidade interna e externa por meio do estabelecimento e da divulgação sistemática da jurisprudência uniforme do Tribunal. Compreende a instituição de súmulas e a solidificação da jurisprudência uniforme, bem como a criação de bases de consulta especificadas por assuntos e resultados.

Resultados desejados:

- Uniformização de jurisprudência do TRT 16^a
- Queda das taxas de recorribilidade interna e externa
- Segurança jurídica nas decisões
- Aumento da confiança na prestação jurisdicional
- Catalogação e acesso à base de dados de jurisprudência
- Gerenciamento adequado de demandas repetitivas

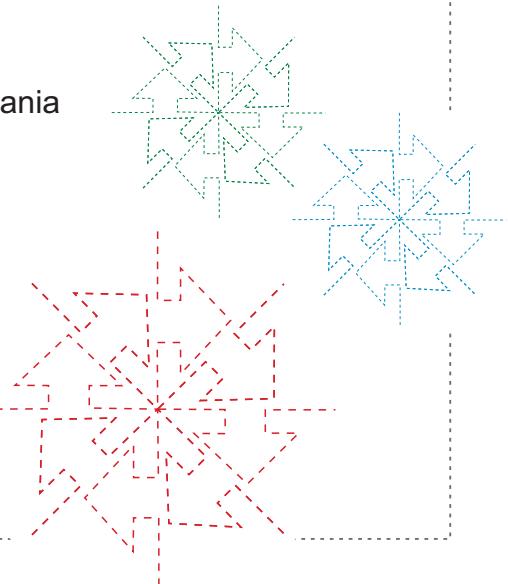
PROGRAMA CIDADANIA

Descrição:

O Programa de Afirmação da Cidadania visa ampliar a participação do TRT 16^a na concretização de direitos da sociedade maranhense. Envolve a realização de ações que visem à educação dos cidadãos e à consciência de seus direitos e deveres, bem como a divulgação de serviços prestados pela Justiça do Trabalho.

Resultados desejados:

- Atuação institucional para a defesa dos direitos de cidadania
- Responsabilidade socioambiental
- Incentivo à educação e divulgação de direitos
- Inclusão do TRT-16 no cenário cultural maranhense
- Maior conhecimento da Justiça do Trabalho
- Parcerias institucionais



MAPA OBJETIVOS X PROGRAMAS

	Pessoas	Infraestrutura	Integração	Alinhamento	Pje	TIC	Execução	Jurisprudência	Cidadania
Objetivo Estratégico 1									
Objetivo Estratégico 2									
Objetivo Estratégico 3									
Objetivo Estratégico 4									
Objetivo Estratégico 5									
Objetivo Estratégico 6									
Objetivo Estratégico 7									
Objetivo Estratégico 8									
Objetivo Estratégico 9									
Objetivo Estratégico 10									
Objetivo Estratégico 11									
Objetivo Estratégico 12									
Objetivo Estratégico 13									
Objetivo Estratégico 14									





Caxias 09/07/2014



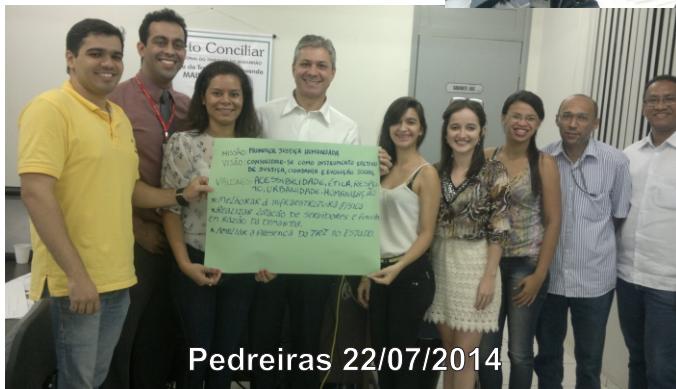
Chapadinha 31/07/2014



Estreito 14/07/2014



Imperatriz 01/07/2014

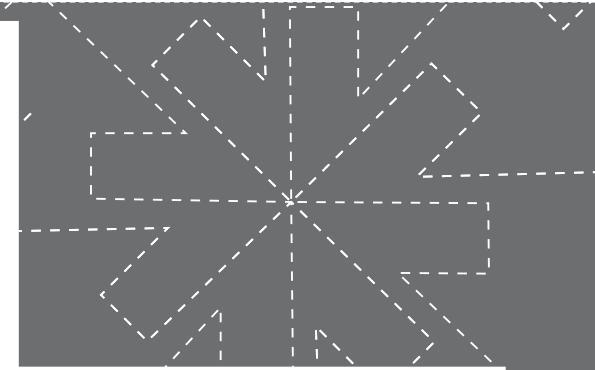


Pedreiras 22/07/2014





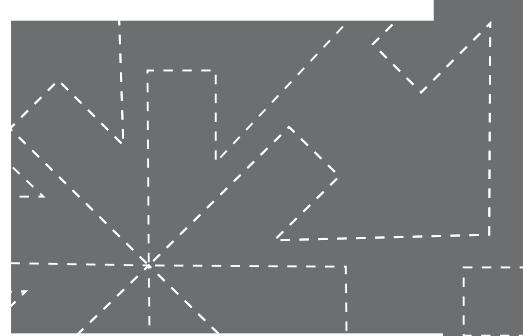
São Luis 10/06/2014



Semana de Formação de Magistrados



Semana de Formação de Magistrados

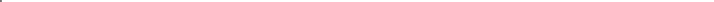
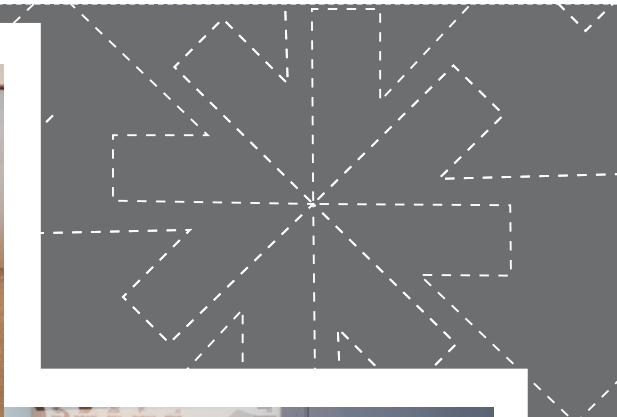


Lançamento do Plano Estratégico



Lançamento do Plano Estratégico





"As organizações não existem para si próprias.
São meios, representando um órgão social
que visa a realização de uma tarefa social".

Peter Drucker